



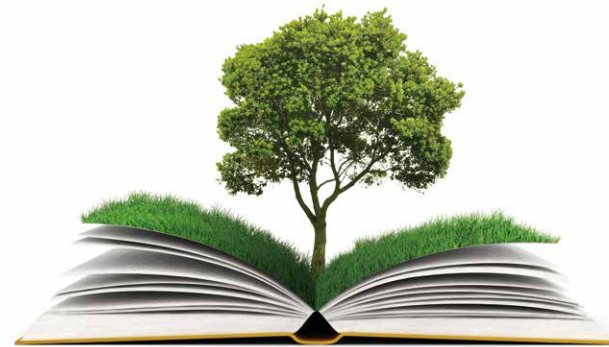
ACTUALIZAÇÃO DA DECLARAÇÃO AMBIENTAL

Período em avaliação:
Janeiro a Dezembro

2014







A NATUREZA É O ÚNICO
LIVRO QUE OFERECE
UM CONTEÚDO
VALIOSO EM TODAS
AS SUAS FOLHAS.

– Goethe

NOMENCLATURA

APA	Agência Portuguesa do Ambiente
APETRO	Associação Portuguesa de Empresas Petrolíferas
ASAE	Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica
C&S	Comunicação e Sensibilização
ECOLUB	Marca criada, gerida e detida pela Sogilub
ECOVALOR	Prestação financeira a suportar pelos produtores de óleos novos por cada litro de óleo novo colocado no mercado nacional
GEE	Gases com Efeito de Estufa
I&D	Investigação e Desenvolvimento
OU	Óleos Lubrificantes Usados
PrON	Produtores de Óleos Novos
PrOU	Produtores de Óleos Usados
SIGOU	Sistema Integrado de Gestão de Óleos Usados
Sogilub	Sociedade de Gestão Integrada de Óleos Lubrificantes Usados, Lda.
UNIOIL	Associação Portuguesa das Empresas Gestoras e Recicladoras de Óleos Usados

ÍNDICE

1. A Sogilub	10	5. Desempenho ambiental.....	74
1.1 Descrição de actividades.....	13	5.1 Indicadores de desempenho relacionados	
1.2 Fluxograma e actividades	14	com o aspecto ambiental positivo directo	
1.3 Estrutura da organização.....	19	da recolha de óleos usados	76
2. Política e sistema de gestão ambiental.....	22	5.1.1 Recolha	77
2.1 Missão, visão, valores e política de gestão	24	5.1.2 Tratamento de óleos usados	78
2.2 O sistema de gestão ambiental	26	5.1.3 Valorização de óleos usados.....	79
2.2.1 Âmbito	26	5.1.3.1 Regeneração.....	80
2.2.2 O sistema de gestão ambiental da Sogilub	26	5.1.3.2 Reciclagem	80
2.3 Participação dos trabalhadores.....	35	5.1.3.3 Valorização Energética.....	81
3. Aspectos e impactes ambientais	38	5.2 Indicadores de desempenho relacionados	
3.1 Metodologia de identificação e avaliação		com a gestão dos aspectos ambientais	
de aspectos e impactes ambientais	42	negativos dos OGR	81
3.2 Síntese de aspectos ambientais significativos	48	5.2.1 Eficiência energética (indicador	
3.2.1 Aspectos Ambientais Directos.....	48	indirecto, relacionado com os OGR).....	81
3.2.2 Aspectos Ambientais Indirectos.....	50	5.2.2 Emissões (indicador indirecto	
3.2.2.1 Operadores de Gestão de Resíduos	50	relacionado com a actividade dos OGR).....	84
3.2.2.2 Produtores de óleos usados	55	5.2.3 Eficiência dos materiais (indicador	
3.2.2.3 Clientes	56	indirecto, relacionado com os OGR).....	86
4. Objectivos e metas ambientais	58	5.3 Exclusões	89
4.1 Objectivos e metas ambientais 2014.....	60	6. Requisitos legais aplicáveis e desempenho	90
4.2 Objectivos e metas ambientais 2015.....	67	7. Nome e número de acreditação do	
		verificador ambiental.....	114



PREFÁCIO

No mundo actual, a atenção para com o meio ambiente é cada vez mais uma realidade, mas também uma necessidade. Conscientes que estamos deste facto e desejando contribuir activamente para um futuro melhor, entendemos que a nossa actividade pode marcar pela diferença.

O registo EMAS é, portanto, uma consequência natural da consolidação do desempenho ambiental da Sogilub e dos esforços desenvolvidos para influenciar positivamente os operadores da nossa rede de recolha, bem como os produtores de óleos usados.

“

CONTUDO, 2014 FOI UM ANO
DESAFIANTE E SENTIMO-NOS
ORGULHOSOS DO TRABALHO
REALIZADO E DO
FUNCIONAMENTO DO SIGOU



É nossa convicção que a obtenção do registo EMAS, nos permitiu dar um passo significativo na concretização das expectativas geradas rumo à construção sustentada de um desempenho ambiental de excelência.

A Declaração Ambiental é assim, um documento que espelha a nossa actividade e o nosso empenhamento na gestão dos impactos ambientais que influenciámos bem como os objectivos e metas que nos propomos alcançar numa premissa de melhoria contínua.

O ano de 2014, a exemplo dos anteriores, foi em termos macro, caracterizado pela incerteza da evolução da economia, que veio a reflectir-se também nas actividades que directa ou indirectamente, estão relacionadas com o sistema integrado de gestão dos óleos lubrificantes usados.

As nossas melhores estimativas, que apontavam para um ténue crescimento de 1% do mercado de lubrificantes e o consequente aumento dos volumes a recolher, não se vieram a confirmar. Por um lado, o mercado global de lubrificantes registou um aumento de quase 8%, e o mercado gerador de óleos usados, um crescimento mais moderado, mas, mesmo assim, a rondar os 5%.

No entanto, a recolha não acompanhou a tendência do mercado dos óleos novos e caiu cerca de 4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Tal facto não reflecte perda de eficácia do sistema, pois resulta do alargamento do intervalo temporal entre a colocação dos óleos novos no mercado e estarem disponíveis para recolha, devido ao aumento da sua vida útil nos equipamentos para períodos superiores a um ano.

Os factos acima mencionados significaram que o atingimento das metas a que a Sogilub se propunha se tornou mais difícil de alcançar.

Com o decorrer do ano o desafio passou a ser a proactiva disponibilidade de meios e a antecipação da recolha junto dos produtores, de modo a que todos os óleos usados gerados fossem recolhidos pelo SIGOU, Sistema Integrado dos Óleos Lubrificantes Usados.

Contudo, 2014 foi um ano desafiante e sentimo-nos orgulhosos do trabalho realizado e do funcionamento do SIGOU, permitindo-nos destacar algumas das mais relevantes acções: a obtenção do registo EMAS, um marco muito importante para

a Sogilub e para todos os intervenientes envolvidos; o atingimento das metas; o desenvolvimento da, fase II da acção de visita a produtores de óleos usados fora do sistema e aos produtores contemplados com oleão Ecolub, para verificar da mais-valia da acção; a visita aos centros de recepção de óleos usados do canal DIY (Do It Yourself) para verificação da eficácia dos mesmos e do nível de adesão; a atribuição de mais oleões a produtores identificados como tendo condições deficientes de armazenagem e não contemplados em 2013; a assinatura de protocolos com entidades académicas para o desenvolvimento de estudos e bolsas relacionadas com o ambiente e da caracterização dos óleos novos e usados para regeneração; a participação na iniciativa “Criar Bosques” com a plantação de 9 hectares de árvores autóctones e ainda a ajuda a organizações de solidariedade social e o apetrechamento de um centro de treino de comando de bombeiros.

Os resultados obtidos deixam-nos extremamente satisfeitos pois manifestam uma trajectória sustentada por objectivos de melhoria contínua do SIGOU e são reconhecidos por todos os intervenientes.

Porque o óleo tem mais vidas!

SOGILUB EM NÚMEROS

DADOS DO SIGOU – JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014*

ÂMBITO GEOGRÁFICO DO SIGOU



Portugal Continental



R.A. Açores



R.A. Madeira



PRON'S ADERENTES



510
aderentes

ECOVALOR FACTURADO



4.201.618
euros

COLABORADORES DIRECTOS



6
colaboradores*

PROU'S COM PELO MENOS 1 RECOLHA¹



17.166
PrOU's

* valores apurados a 31/12

NÚMERO DE
RECOLHAS
EFFECTUADAS¹



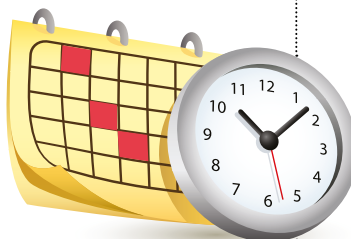
33.042
recolhas

QUANTIDADE MÉDIA
POR RECOLHA¹

850,22
litros/recolhas

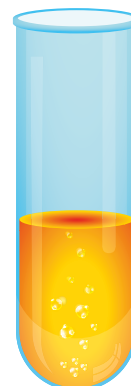


TEMPO MÉDIO DE
RECOLHA¹



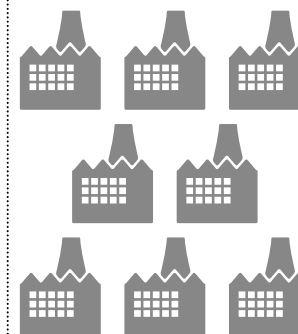
4,89
dias

PROU
CARACTERIZADOS
POR AMOSTRAS¹



8.305
Análises

Nº DE UNIDADES
DE VALORIZAÇÃO
(DESTINOS FINAIS)¹



8
unidades

VISITAS AO SITE
WWW.ECOLUB.PT²

32.770
visitas



.01





A SOGILUB



Apresentação da Sogilub

Nome	Sogilub – Sociedade de Gestão Integrada de Óleos Lubrificantes Usados, Lda
Marca	ECOLUB
Morada	Av ^a Eng ^a Duarte Pacheco, Torre2, 6 ^a Piso, sala 4 Amoreiras 1070-102 Lisboa
CAE	82990 – Outras actividades Serviços Apoio Prestados às Empresas N.E.
Código NACE	82.99
Responsável ambiental	Aníbal Vicente
Contacto	21 380 20 40 anibal.vicente@ecolub.pt

A Sogilub – Sociedade de Gestão Integrada de Óleos Lubrificantes Usados, Lda., é a entidade gestora do Sistema Integrado de Gestão de Óleos Usados (SIGOU), constituída no quadro do Decreto-Lei nº 153/2003, de 11 de Julho (alterado pelo Decreto-Lei nº 73/2011, de 17 de Junho) que estabelece o regime jurídico para a gestão de óleos novos e de óleos usados, tendo sido licenciada pelo Despacho Conjunto nº 662/2005, de 6 de Setembro, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, e do Ministério da Economia e da Inovação, prorrogado pelo Despacho nº 4364/2011, de 10 de Março (extensão à Região Autónoma da Madeira concedida pelo ofício 15/12/2005 e 23/2011 de 6 de Abril, sendo para os Açores 1514/2005 e 565/2011 de 3 de Maio).

Do ponto de vista formal, a Sogilub é uma sociedade por quotas, sem fins lucrativos, constituída em 17 de Setembro de 2004, que tem como sócios a Associação Portuguesa de Em-

presas Petrolíferas (APETRO) e a Associação Portuguesa das Empresas Gestoras e Recicladoras de Óleos Usados (UNIOIL). O seu objecto é a prestação de serviços de gestão integrada de óleos lubrificantes usados, incluindo a organização da recolha, transporte, armazenagem, tratamento e valorização, a realização de estudos, campanhas, promoções e acções de comunicação, bem como o desenvolvimento e manutenção informática de base de dados.

Consciente da crescente relevância dos temas ambientais, bem como do aumento da sua influência no desempenho das Organizações, implementou um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) no seio do seu Sistema de gestão de óleos usados, de acordo com a norma de referência ISO 14001.

A implementação do SGA enquadra-se num objectivo mais amplo, que é o de regular a actividade de gestão, organização e condução do SIGOU através de um Sistema Integrado de Gestão (SIG). Para tal adopta o modelo da Norma ISO 9001. A sede da Sogilub está localizada na Avenida Engº Duarte Pacheco, Torre 2, 6º Piso, Sala 4, Amoreiras, freguesia de Santa Isabel, concelho de Lisboa.

1.1 Descrição de actividades

A gestão do SIGOU envolve a coordenação de diversos intervenientes que asseguram a recolha dos óleos usados junto dos produtores, o transporte para unidades de armazenagem intermédio ou directamente para unidades de tratamento, o tratamento e a valorização através de regeneração em novos óleos base, por reciclagem ou por valorização energética.

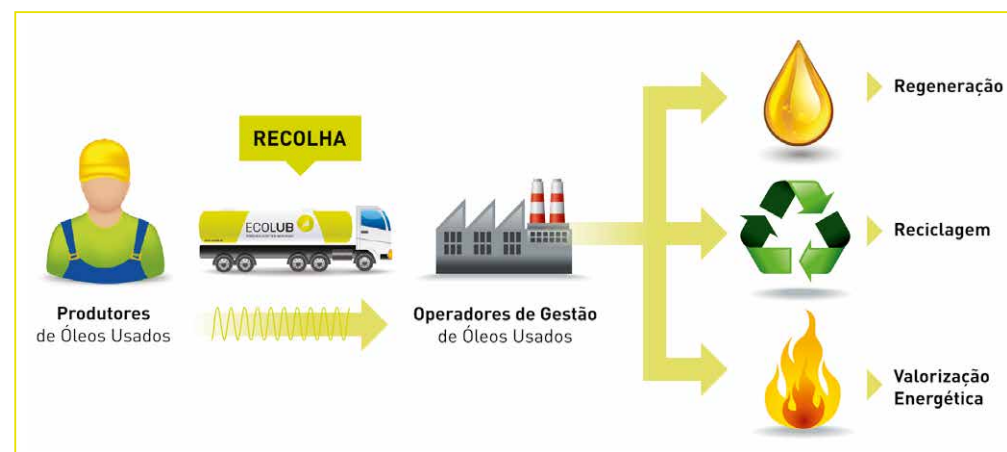


Figura 1 – Gestão de óleos usados no SIGOU

Além dos operadores contratados pela Sogilub que lidam directamente com os óleos usados, são intervenientes no sistema integrado outras entidades cuja actividade se relaciona com a comunicação e sensibilização junto de pessoas e instituições, e outras cujo domínio é o da investigação científica e do desenvolvimento tecnológico.

1.2 Fluxograma e actividades

A actividade coordenada de todos estes intervenientes tem como objectivo assegurar o cumprimento dos objectivos de gestão da Sogilub, definidos na sua licença, nomeadamente na recolha, tratamento e valorização de óleos usados e na realização de campanhas de comunicação e sensibilização, assim como projectos de investigação e desenvolvimento que potenciem a eficácia e eficiência do sistema integrado.

Nos termos da legislação aplicável o SIGOU é financiado pelo Ecovalor, prestação financeira cobrada aos produtores por cada litro de óleo lubrificante que colocam pela primeira vez no mercado nacional.

De seguida, é apresentado o fluxo de massas inerentes ao funcionamento do SIGOU.

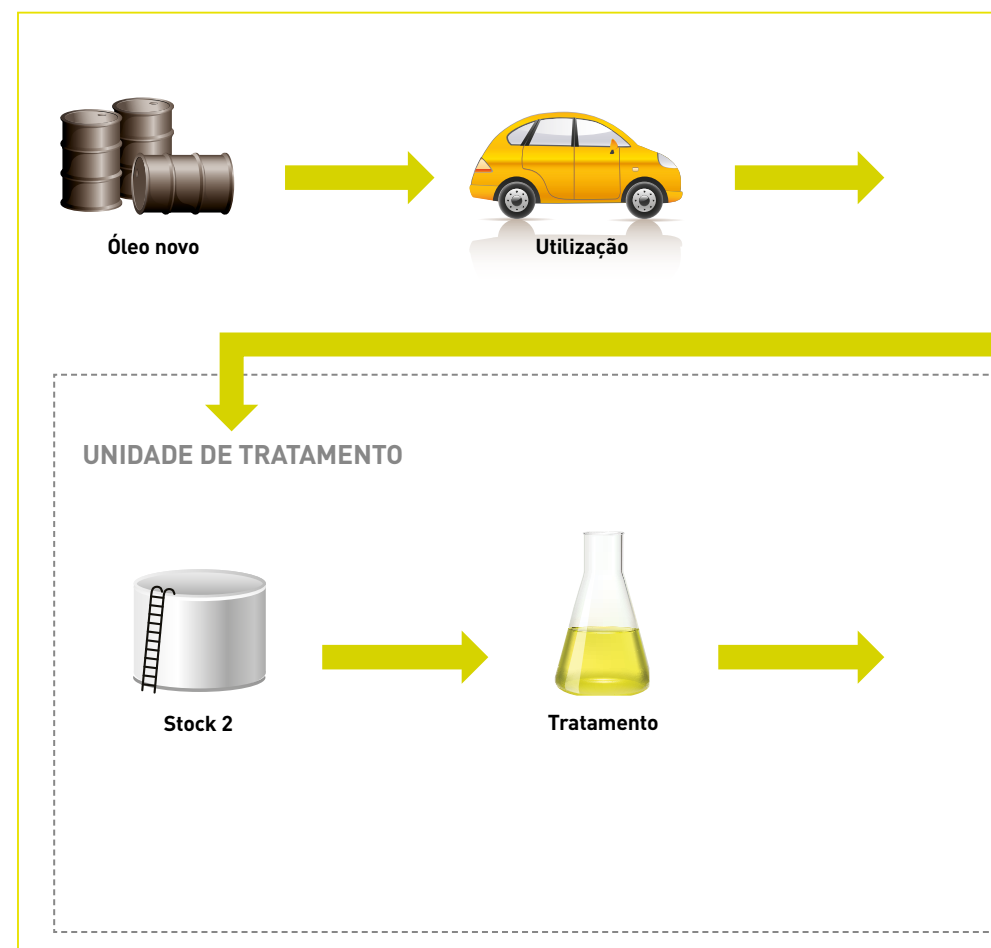
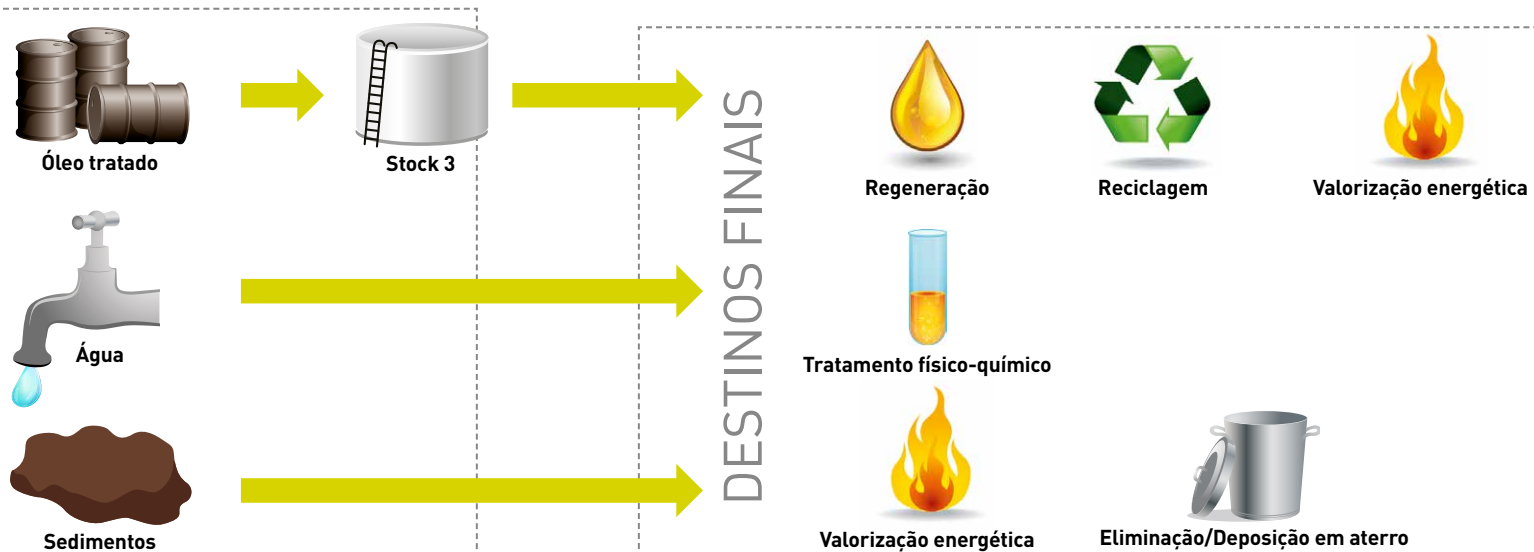


Figura 2 – Diagrama de Fluxos de Massas do SIGOU



PrON Aderentes

De acordo com o Decreto-Lei nº 153/2003, de 11 de Julho (alterado pelo Decreto-Lei nº 73/2011, de 17 de Junho), a gestão de

óleos usados é da responsabilidade de todos os produtores que colocam óleos e massas lubrificantes no mercado nacional. Estes podem constituir um sistema integrado, através do qual transferem a responsabilidade pela gestão dos óleos usados para uma entidade gestora.

A Sogilub desenvolve um esforço focado na divulgação do SIGOU junto de produtores de produtos lubrificantes não aderentes, de modo a assegurar a sua adesão ao sistema integrado, cumprindo as obrigações decorrentes do normativo legal.

Uma das responsabilidades dos aderentes da Sogilub passa por efectuar as declarações periódicas da quantidade e tipo de produtos lubrificantes colocados no mercado nacional. Para facilitar este processo, a Sogilub conta com o interface digital gerido por uma entidade independente, cujo acesso é efectuado na morada www.Sogilub.net.

Rede de Recolha

A Sogilub apoia-se numa rede de operadores que asseguram a recolha de óleos usados em todo o território nacional. Os opera-



Figura 3 – Interface digital com PrON

dores obedecem aos requisitos contratualizados com a Sogilub, por forma a assegurar a recolha gratuita do óleo usado junto dos produtores.

A Sogilub desenvolve a rede de locais de recepção de óleos usados, suportada em reservatórios, que permite a recolha, em particular junto de produtores de pequenas quantidades.

Rede de Tratamento e Valorização

Os óleos usados recolhidos no SIGOU são submetidos a um processo de tratamento, de modo a assegurar a possibilidade de valorização. Os óleos usados tratados são valorizados através de regeneração, reciclagem ou valorização energética em destinos finais licenciados.

Neste âmbito, os operadores da rede de tratamento e valorização da Sogilub são elementos essenciais que permitem assegurar o cumprimento dos objectivos de valorização de óleos usados, definidos no Despacho Conjunto nº 662/2005, de 6 de Setembro, prorrogado pelo Despacho nº 4364/ 2011, de 10 de Março. A Sogilub dotou o SIGOU de uma rede qualificada de operadores, para

dar cumprimento dos objectivos de valorização previstos na sua licença, assegurando a sustentabilidade económica do SIGOU.

Comunicação e Sensibilização

A Sogilub desenvolve actividades de comunicação e sensibilização junto dos intervenientes no SiGOU, nomeadamente produtores e detentores de óleos usados, assim como do público em geral.

São regularmente desenvolvidas actividades de comunicação/ sensibilização, como campanhas na imprensa, presença em exposições e seminários. Destaca-se como vector de comunicação a página www.ecolub.pt.

Investigação e Desenvolvimento

As actividades de investigação e desenvolvimento apoiadas pela Sogilub têm como objectivo o aumento da eficácia do SIGOU, assegurando o cumprimento dos objectivos de recolha e valorização de óleos usados, assim como o aumento da eficiência, permitindo que o cumprimento dos objectivos seja efectuado de forma economicamente viável, minimizando os custos do sistema integrado.

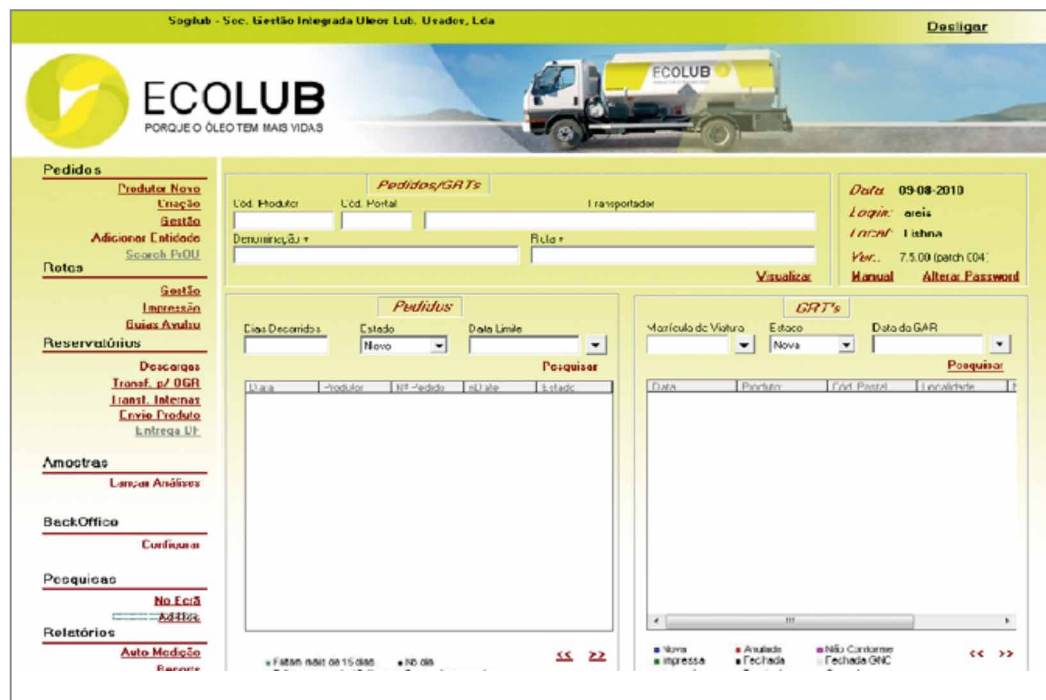


Figura 4 – Si-Oil

Si-Oil, Sistema de Gestão de Informação

O Si-Oil é o sistema de gestão de informação do SIGOU e foi concebido e implementado de acordo com os requisitos definidos na alínea e), do nº 3, do artigo 9º do Decreto-Lei nº 153/2003, de 11 de Julho (alterado pelo Decreto-Lei nº 73/2011, de 17 de Junho). Desta forma, a Sogilub dispõe de uma ferramenta que permite monitorizar e tratar em tempo real todos os dados necessários para a gestão do SIGOU, tal como previsto no artigo 22º do diploma já referido.

O Si-Oil permite a comunicação de dados relativos às actividades desenvolvidas por todas as entidades do SIGOU, designadamente as quantidades e características dos óleos usados; obtidas através da recolha de informação junto de produtores de óleos novos, produtores de óleos usados, operadores de recolha de óleos usados, operadores de armazenagem temporária, operadores de armazenagem final e valorizadores.

O Si-Oil, durante 2014, foi alvo de desenvolvimentos significativos.

Página Institucional na Internet e Linha Ecolub

A Sogilub procura desmaterializar os circuitos de comunicação com os intervenientes do SIGOU, apostando cada vez mais na comunicação por via digital. Neste sentido, em 2008 foi efectuada a renovação da página institucional da ECOLUB (www.ecolub.pt) a marca da responsabilidade da Sogilub para a gestão de óleos usados.

Nesta, destaca-se a informação sobre o funcionamento do SIGOU e a divulgação dos contactos da Linha ECOLUB para assistência a qualquer entidade ou indivíduo relativamente à entrega e gestão dos óleos usados. Apresenta-se também um conjunto de notícias actualizadas, com especial relevância na sensibilização dos intervenientes do SIGOU e do público em geral para os cuidados necessários no manuseamento e na gestão adequada dos óleos usados.

Durante 2014 foram preparadas actualizações na plataforma de acesso.

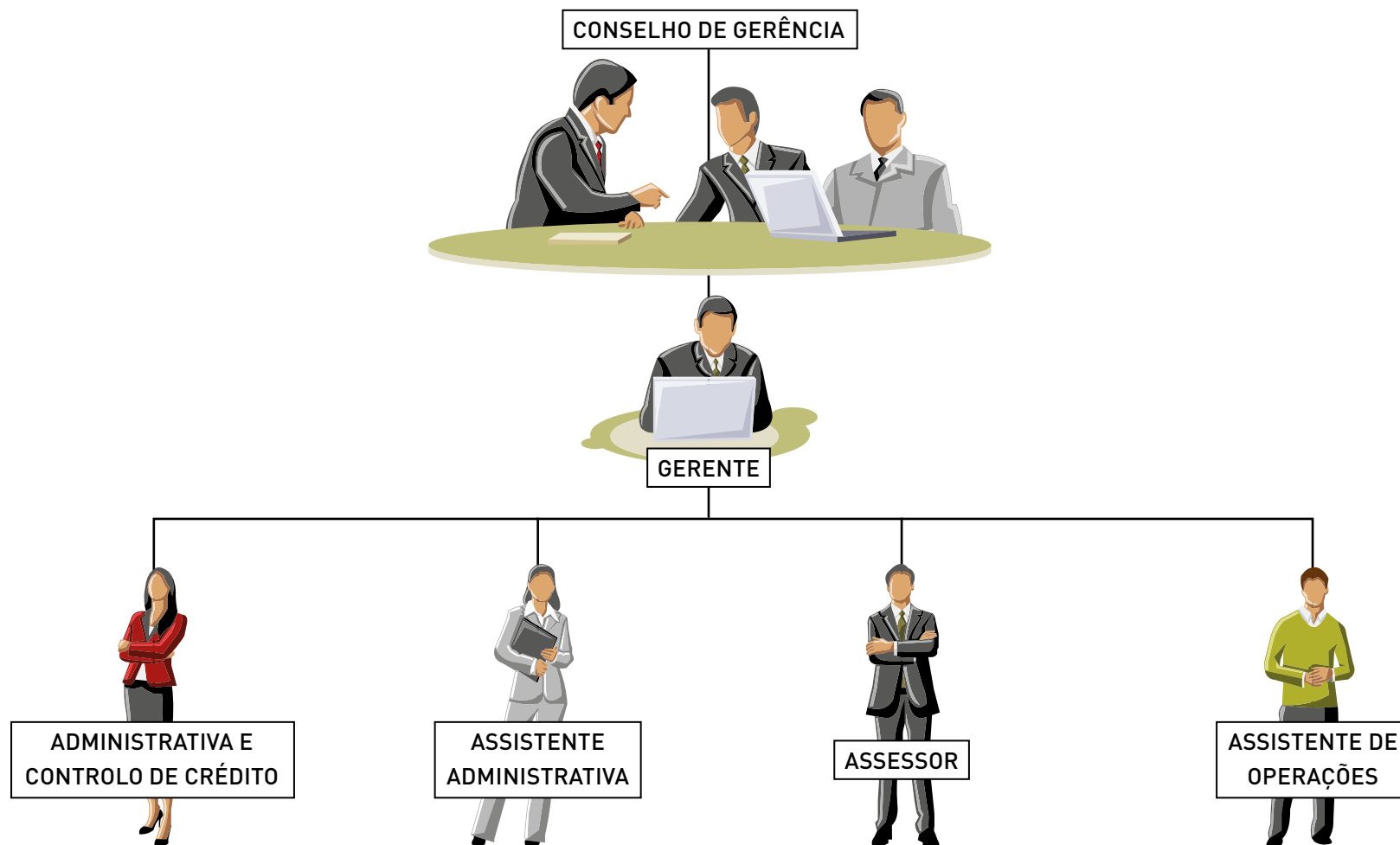
A linha ECOLUB permite o esclarecimento de dúvidas e a sensibilização dos referidos intervenientes.

1.3 Estrutura da organização

A Sogilub definiu responsabilidades e autoridade através do seu organograma (apresentado na página seguinte) e das descrições de funções para cada colaborador. As descrições de funções definem requisitos mínimos para as funções.

É implementado um modelo de avaliação periódica (anual) de competências, que dá origem a acções que visam incrementar as valências dos colaboradores.

A divulgação destes documentos e as acções determinadas contribui para o alcance dos objectivos e metas definidos para a organização e por outro lado, proporciona maior envolvimento, motivação e comprometimento dos colaboradores da organização.



De seguida, apresentamos a composição dos órgãos sociais e colaboradores em 2014.

ASSEMBLEIA-GERAL**APETRO**

(Associação Portuguesa de Empresas Petrolíferas)

UNIOIL

(Associação Portuguesa das Empresas Gestoras e Recicladoras de Óleos Usados)

CONSELHO DE GERÊNCIA

José Mário Barbosa Horta

**Carlos Manuel Forte
Cardoso**

Aníbal Vicente

CONSELHO FISCAL

José Luís Ferreira

Presidente - Efectivo

**Paulo Miguel Meireles
Ferreira**
Efectivo

**António Maria Gomes da
Rocha Grenha (ROC nº 22)**
Efectivo

**Idílio Manuel Ferreira do
Espírito Santo (ROC nº 502)**
Suplente

COLABORADORES

Aníbal Vicente

Gerente

Luís Gameiro
Assessor

Ana Reis
Assistente Administrativa

Rodrigo Alves
Assistente de Operações

Helena Dias
Administrativa e Controlo
de Crédito

Tânia Teixeira (temporária*)
Assistente de Operações

.02





POLÍTICA E SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

DECLARAÇÃO
AMBIENTAL
2014



2.1 Missão, visão, valores e política de gestão

A Gerência da Sogilub definiu, documentou e validou a sua MISSÃO, VISÃO, VALORES E POLÍTICA.

A política é a referência da Gerência para conduzir a organização no sentido da melhoria do seu desempenho e reflectir a visão e a estratégia global da empresa.

Os documentos que apresentam a missão, visão, valores e política, são divulgados internamente e disponibilizados ao público através da sua colocação no site da empresa ou integrados em documentação oficial enviada às partes interessadas. Sempre que necessário são activamente divulgados a quem trabalha em nome da organização.

Definidos e validados pela gerência, estes e outros documentos visam a concretização da política, sendo as actividades descritas no PS.02 - definir e implementar estratégia.

MISSÃO

Dar cumprimento às obrigações vigentes em matéria de gestão de óleos lubrificantes usados, facilitando o cumprimento das obrigações legais e ambientais das empresas produtoras aderentes ao sistema e pelos agentes económicos implicados, através da implementação de um sistema integrado de gestão, que garanta e financie a eficaz gestão de resíduos de óleos lubrificantes em Portugal.

VISÃO

Ser um sistema integrado de gestão de resíduos de referência em Portugal, pela gestão eficaz e eficiente dos óleos lubrificantes usados.

VALORES CORPORATIVOS

Compromisso com o ambiente

A Sogilub tem na sua origem uma vocação para a protecção do meio ambiente, estando esta presente em todas as acções que

desenvolve. Trata-se de um compromisso geracional, que honra e respeita o legado das gerações passadas e fortalece o vínculo com as gerações futuras.

Compromisso com a eficiência

O compromisso com o meio ambiente orienta a actividade para a adopção de práticas e critérios de gestão rigorosos, tendo em vista a optimização dos custos e do valor acrescentado.

Compromisso com a representatividade

A Sogilub está vocacionada para o cumprimento da licença que lhe foi atribuída, estando aberta à participação de todas as empresas abrangidas pela regulamentação dos óleos lubrificantes usados, que queiram cumprir as suas obrigações através de um conjunto de critérios e processos, consubstanciados no SIGOU.

Compromisso com o conhecimento

A Sogilub é uma empresa sem fins lucrativos, que investe em acções de comunicação, sensibilização, investigação e desenvolvimento com vista ao desenvolvimento do conhecimento social, dignidade humana e o respeito pela preservação do ambiente, valores esses, imprescindíveis e elementares, hoje e sempre.

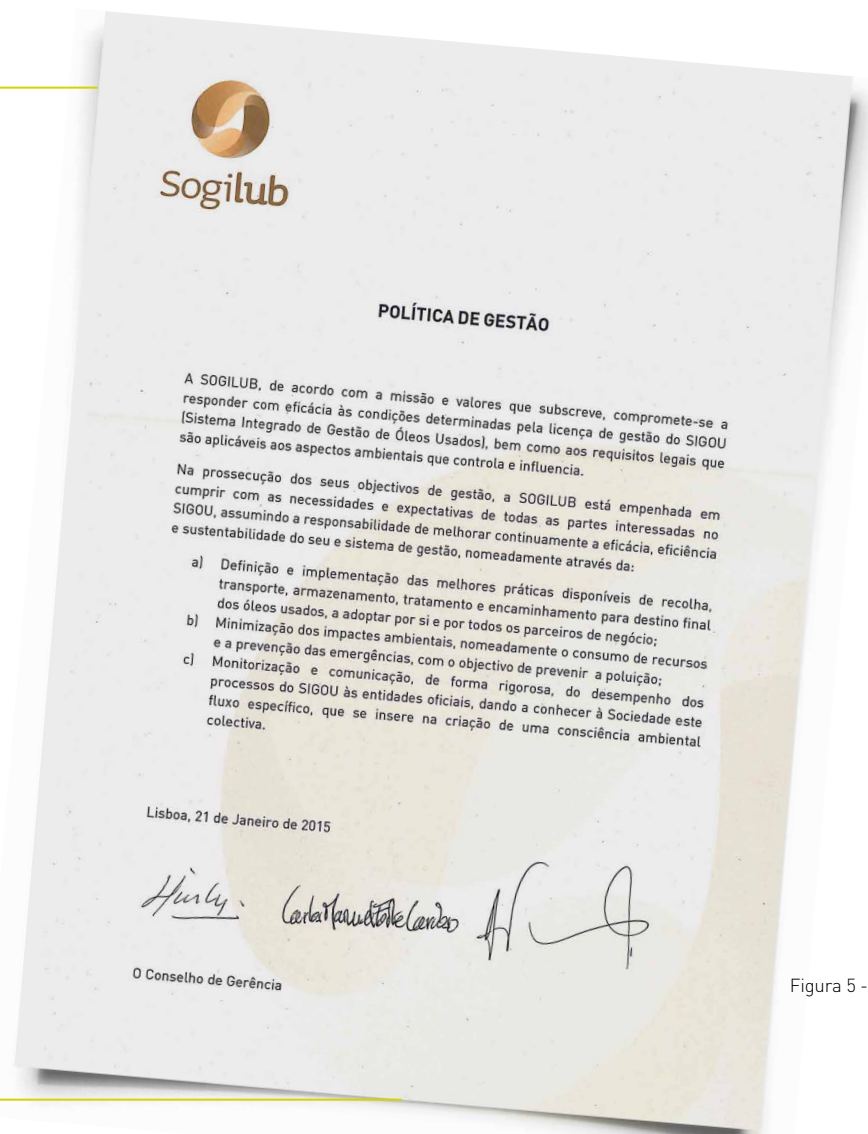


Figura 5 - Política de Gestão da Sogilub

2.2 O sistema de gestão ambiental

2.2.1 Âmbito

Este capítulo descreve o sistema de gestão da Sogilub, na vertente da qualidade e ambiente, tendo sido adoptados os referenciais:

- NP EN ISO 9001;
- NP EN ISO 14001

O Sistema de gestão implementado abrange todas as actividades respeitantes ao sistema integrado de gestão de óleos usados, descritas no Despacho Conjunto nº 662/2005 de 15 de Julho, e Despacho 4364/2011; de 10 de Março:

Prestação de serviços de gestão integrada de óleos lubrificantes usados, incluindo a organização da recolha, transporte, armazenagem, tratamento e valorização, a realização de estudos, campanhas, promoções e acções de comunicação, bem como o desenvolvimento e manutenção informática de base de dados.

2.2.2 O sistema de gestão ambiental da Sogilub

Na definição do seu sistema de gestão, a Sogilub utilizou o modelo de abordagem por processos preconizado no referencial normativo ISO 9001.

Estrutura Documental do Sistema de Gestão Integrado

O sistema de gestão integrado da Sogilub está documentado com o objectivo de:

- assegurar que o serviço prestado vai ao encontro dos requisitos do cliente, estatutários, regulamentares aplicáveis e outros que a empresa subscreve;
- aumentar a satisfação do cliente e partes interessadas, através da aplicação eficaz do sistema, incluindo processos para melhoria contínua e para garantir a conformidade com os requisitos do cliente, regulamentares e outros aplicáveis;
- prevenir a poluição decorrente da actividade e aumentar o desempenho ambiental da empresa.

A estrutura documental está definida de acordo com o esquema apresentado a seguir.

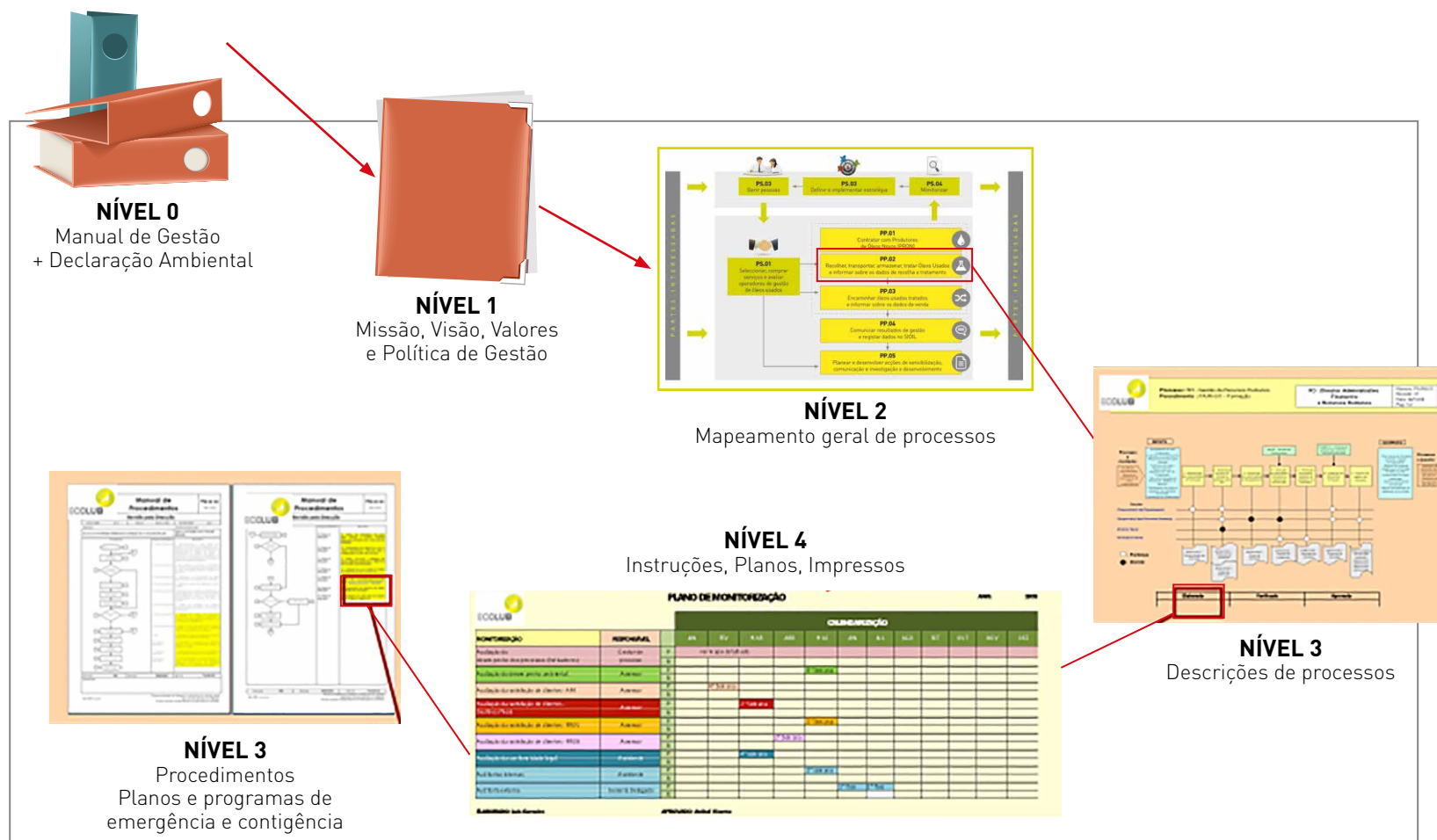


Figura 6 - Estrutura Documental do Sistema de Gestão

Os registos, que evidenciam a realização das actividades, são inerentes a todos os níveis desta estrutura documental.

As responsabilidades relativas à gestão destes documentos encontram-se descritas no procedimento P.01 – Controlo dos documentos e registos.

Descrição do Sistema De Gestão

O sistema de gestão da Sogilub está desenvolvido nas vertentes da qualidade e ambiente, aplicando-se às actividades no âmbito anteriormente definido. Estando o âmbito da actividade vocacionada para a gestão de fluxos, nomeadamente de produtores de óleos usados (PROU), operadores de gestão de resíduos (OGR) e destinos finais, o sistema de gestão reflecte o grau de influência – maior ou menor – que é possível exercer sobre estes intervenientes, nomeadamente em termos de desempenho ambiental.

Abordagem por Processos

Definição dos Tipos de Processos

A Sogilub definiu dois tipos de processos:

- **Processos principais (PP):**

Têm um impacto directo sobre a satisfação dos clientes. Reagrupam as actividades ligadas ao fluxo de obtenção do serviço. Estes processos “começam” e “acabam” no cliente.

Ex.: PP.01 – Contratar com produtores de óleos novos (PrON).

- **Processos de suporte (PS):**

Não criam valor directamente perceptível para o cliente externo, mas são necessários ao funcionamento da organização e à sua perenidade e à resposta às necessidades e expectativas das partes interessadas.

Reagrupam todas as actividades concebidas para agir sobre o funcionamento e a dinâmica da melhoria contínua da organização. Permitem orientar e assegurar a coerência dos processos orientados a cliente.

Ex.: PS.03 – Gerir pessoas

No esquema seguinte descreve-se a estrutura de processos da Sogilub.

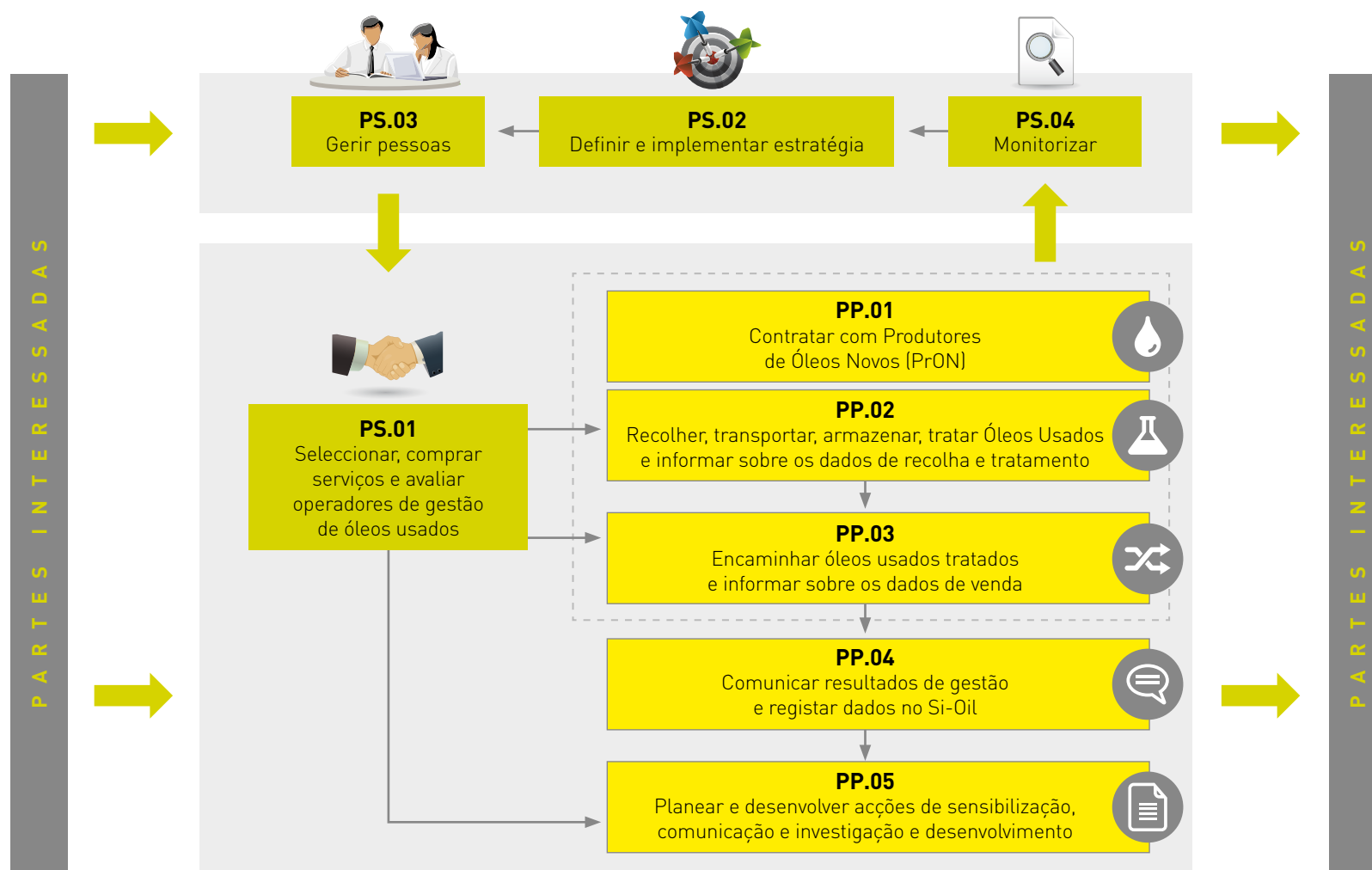


Figura 9 - Mapeamento de Processos

No quadro seguinte descrevem-se quais os processos e principais inputs e outputs.

CÓD.	DESIGNAÇÃO DO PROCESSO	FINALIDADE DO PROCESSO	OUTPUTS	INPUTS	GESTOR PROCESSO
PS.01	Seleccionar, comprar serviços e avaliar operadores de gestão de óleos usados	Assegurar a implementação de mecanismos de selecção e avaliação de fornecedores de materiais e serviços, em particular operadores de gestão de óleos usados, recorrendo a critérios objectivos e transparentes alinhados com a Política de Gestão.	Fornecedores relevantes avaliados e informados	Necessidade de um novo fornecedor	Assessor
PS.02	Definir e implementar estratégia	Assegurar que as orientações estratégicas da organização são definidas, desdobradas em objectivos e acompanhadas com vista à sua concretização.	Acta de revisão pela gestão Declaração ambiental	Missão, Visão, Valores Resultados da monitorização Dados do Si-Oil	Gerente
PS.03	Gerir pessoas	Garantir que todas as pessoas estão aptas a executar as suas funções, usando para tal ferramentas de revisão de funções, de avaliação de competências, recrutamento e de levantamento e identificação de necessidades de formação, assegurando a satisfação e motivação geradora de produtividade das pessoas.	Colaboradores competentes e motivados	Necessidades de competências	Gerente
PS.04	Monitorizar	Obter dados tratados sobre o desempenho do SIG, para posterior análise pela Gestão de Topo.	Dados tratados relativos ao desempenho do Sistema Integrado de Gestão. Declaração Ambiental	Desempenho do SIG	Assessor

CÓD.	DESIGNAÇÃO DO PROCESSO	FINALIDADE DO PROCESSO	OUTPUTS	INPUTS	GESTOR PROCESSO
PP.01	Contratar com Produtores de Óleos Novos (PrON)	Contratualizar relação com PrON, que transfere a responsabilidade pela gestão dos óleos usados à Sogilub.	Contrato com PrON Certificado de adesão ao Sistema	Licença (Despacho Conjunto nº 662/2005) Contacto do PrON	Assistente
PP.02	Recolher, transportar, armazenar, tratar óleos usados e informar sobre os dados de recolha e tratamento	Recolher e tratar óleos usados	a) Recolha: GAR / GRT b) Tratamento: volume tratado + nº de lote no Si-Oil	a) Recolha: Contacto do PrOU Planeamento de rotas de recolha b) Tratamento: Guias de armazenamento OU guia de transferência (entre armazenamento e tratamento) + GRT (para o transporte)	Assessor
PP.03	Encaminhar óleos usados tratados e informar sobre os dados de venda	Identificar um destino para os óleos tratados e entregá-los aos clientes.	Factura/Recibo GAR/GRT	Contrato com cliente Contactos da Sogilub para pesquisar clientes	Assessor

CÓD.	DESIGNAÇÃO DO PROCESSO	FINALIDADE DO PROCESSO	OUTPUTS	INPUTS	GESTOR PROCESSO
PP.04	Comunicar resultados de gestão e registar dados no Si-Oil.	Assegurar a comunicação de elementos de informação que satisfaçam os requisitos designados na licença concedida à Sogilub (Despacho conjunto nº 662/2005, de 6 de Setembro), bem como as necessidades de todas as partes interessadas no desempenho do SIGOU, dando transparência e credibilidade a todo o sistema.	Relatórios trimestrais e anual (APA + Gerência)	Dados oriundos do PP.01, PP.02, PP.03 e PP.05	Gerente
PP.05	Planear e desenvolver acções de sensibilização, comunicação e investigação e desenvolvimento	Assegurar o planeamento e desenvolvimento de acções de sensibilização, comunicação e investigação e desenvolvimento no âmbito do SIGOU.	Acções eficazes de C&S e I&D	Estratégia (PS.02) e orçamento	Gerente

Tabela 1 – Processos da Sogilub

Na representação esquemática dos mapeamentos dos processos (fichas de descrição de processos) foram considerados os seguintes aspectos:

- a finalidade do processo;
- o gestor do processo;
- a definição do âmbito a que se refere o processo ou sub-processo;
- o glossário (quando aplicável);
- a definição dos processos - sequência de actividades que visam transformar dados de entrada (inputs) em dados de saída (outputs);

- a identificação dos inputs e outputs dos processos;
- a identificação dos interfaces com as funções da Sogilub e a definição clara das responsabilidades e autoridade para os processos;
- a definição dos impressos/documentos oriundos das actividades do processo bem como, o controlo dos mesmos;
- a identificação e definição das interacções com outros processos;
- os recursos necessários para a concretização dos processos;
- a definição de indicadores de monitorização e medição do desempenho do processo.

Com a implementação do sistema de gestão integrado, a Sogilub pretende ter uma visão crítica sobre os seus processos e melhorar continuamente a sua eficácia.

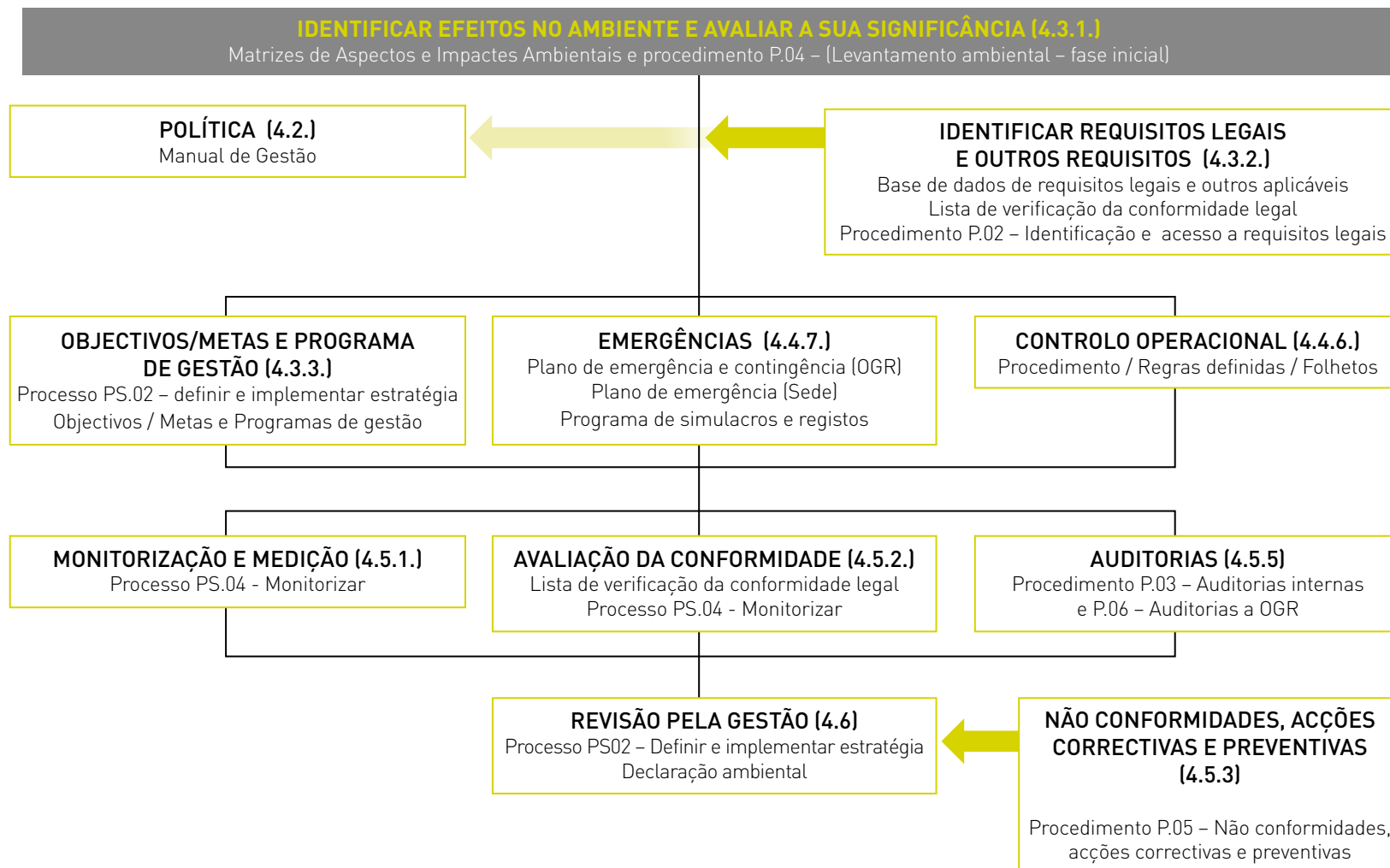
Procedimentos

De igual modo, apresenta-se no quadro ao lado (tabela 2), os procedimentos definidos pela Sogilub no âmbito do seu sistema de gestão, bem como a responsabilidade pela sua gestão.

P.01	Controlo dos documentos e dos registos (Assistente)
P.02	Identificação e acesso a requisitos legais e outros (Assistente)
P.03	Auditorias internas (Assessor)
P.04	Identificação de aspectos ambientais e avaliação de impactes (Assessor)
P.05	Não conformidades, acções correctivas e preventivas (Assessor)
P.06	Auditorias a OGR (Gerente)
P.07	Avaliação da satisfação de clientes (Gerente)
P.08	Manuais de procedimentos técnicos (Assessor)
P.09	Procedimentos operacionais (SIGOU) (Assessor)
P.10	Análise de risco para emergências (Gerente)

Tabela 2 – Procedimentos da Sogilub

Numa vertente eminentemente ambiental, o esquema seguinte apresenta o raciocínio que presidiu à estruturação do sistema de gestão ambiental, em total integração com o sistema de gestão da qualidade acima descrito.



2.3 Participação dos trabalhadores

Reconhecendo a importância dos trabalhadores na implementação dos seus sistemas de gestão (qualidade e ambiente), a Sogilub sempre abordou a concepção e implementação dos seus sistemas de forma participativa. A concepção visou a descentralização das responsabilidades, não existindo a figura de “gestor do sistema de gestão”: cada colaborador tem tarefas e atribuições no âmbito da gestão ambiental. Tendo sido uma opção no início da concepção do sistema de gestão, esta orientação manteve-se, uma vez que todos assumem o seu papel numa organização essencialmente vocacionada para a protecção do ambiente.

O método adoptado para a participação activa dos trabalhadores consiste em:

- definição da Missão, Visão, Valores e Política inicialmente efectuado sob forma de *brainstorming*;
- atribuição da gestão de projectos ou objectivos/metastas a vários colaboradores, com reporting periódico à Gerência;
- atribuição da responsabilidade pela gestão dos procedimentos a vários colaboradores;
- a recolha de dados para a avaliação de aspectos e impactes

ambientais é efectuada com a participação do Assessor e da Assistente Administrativa;

- verificação da conformidade legal efectuada internamente por colaboradores com as valências adequadas;
- o sistema de tratamento de não conformidades descentralizado permite que todos registem ocorrências e participem no processo de melhoria contínua;
- 3 dos 6 colaboradores estão qualificados para a realização de auditorias integradas e realizam auditorias aos operadores de gestão de resíduos da rede de recolha e tratamento da Sogilub;
- as revisões pela gestão são efectuadas com os inputs e a participação de todos os colaboradores da Sogilub;
- são efectuados *brainstormings* com participação alargada para a discussão de temas de gestão, incluindo os de cariz ambiental (exemplo: o desenvolvimento de material de comunicação com os produtores de óleos usados, projecto Face 2 Face);
- vários colaboradores fornecem dados para a Declaração Ambiental;
- comunicação dos sucessos e insucessos da organização, de maneira informal.

O estilo de gestão pouco formal e a abertura da gerência permitem este tipo de abordagem participativa.

Partes interessadas e comunicação proactiva

A Sogilub identificou as suas partes interessadas e desenvolve acções de comunicação periódicas assentes na transparência e rigor. Essas visam divulgar o SIGOU, os seus procedimentos e têm por objectivo informar e fidelizar as partes interessadas.

Recepção de comunicações relevantes de partes interessadas externas

As comunicações são recebidas sob forma de ofício, fax ou mail. São registadas em aplicação informática própria pela Administrativa e Controlo de Crédito e em ficheiro Excel pela Assistente Administrativa (apenas para as comunicações da APA). Todas as comunicações são objecto de resposta, sempre validadas pelo Gerente.

PARTES INTERESSADAS EXTERNAS

Contrato e controlo do cumprimento dos requisitos legais

Call-Center (telefone, carta ou mail)

Site

Plataforma específica (Sogilub.net)

Certificado anual

Avaliação da satisfação de cliente

Acções presenciais (convenções, auditoria, formação)

Newsletter Trimestral

Monofolha

Site

Call Center de apoio

Protocolo de Colaboração

Regras de boas práticas de manuseamento e armazenamento de óleos usados

Certificado Ecolub (Acrílico) e dossier Sogilub

Selo anual

Acções presenciais porta-a-porta

Outros suportes de comunicação (monofolha, dípticos)

Entrega de objectos alusivos à gestão dos óleos usados (brindes, oleões, calendários...)

Presença em feiras

Avaliação da satisfação de cliente

Newsletter Trimestral

1

PRODUTORES DE ÓLEOS NOVOS (PrON – ADERENTES E NÃO ADERENTES)

2

PRODUTORES DE ÓLEOS USADOS (PrOU)

3

OUTROS FORNECEDORES

Site

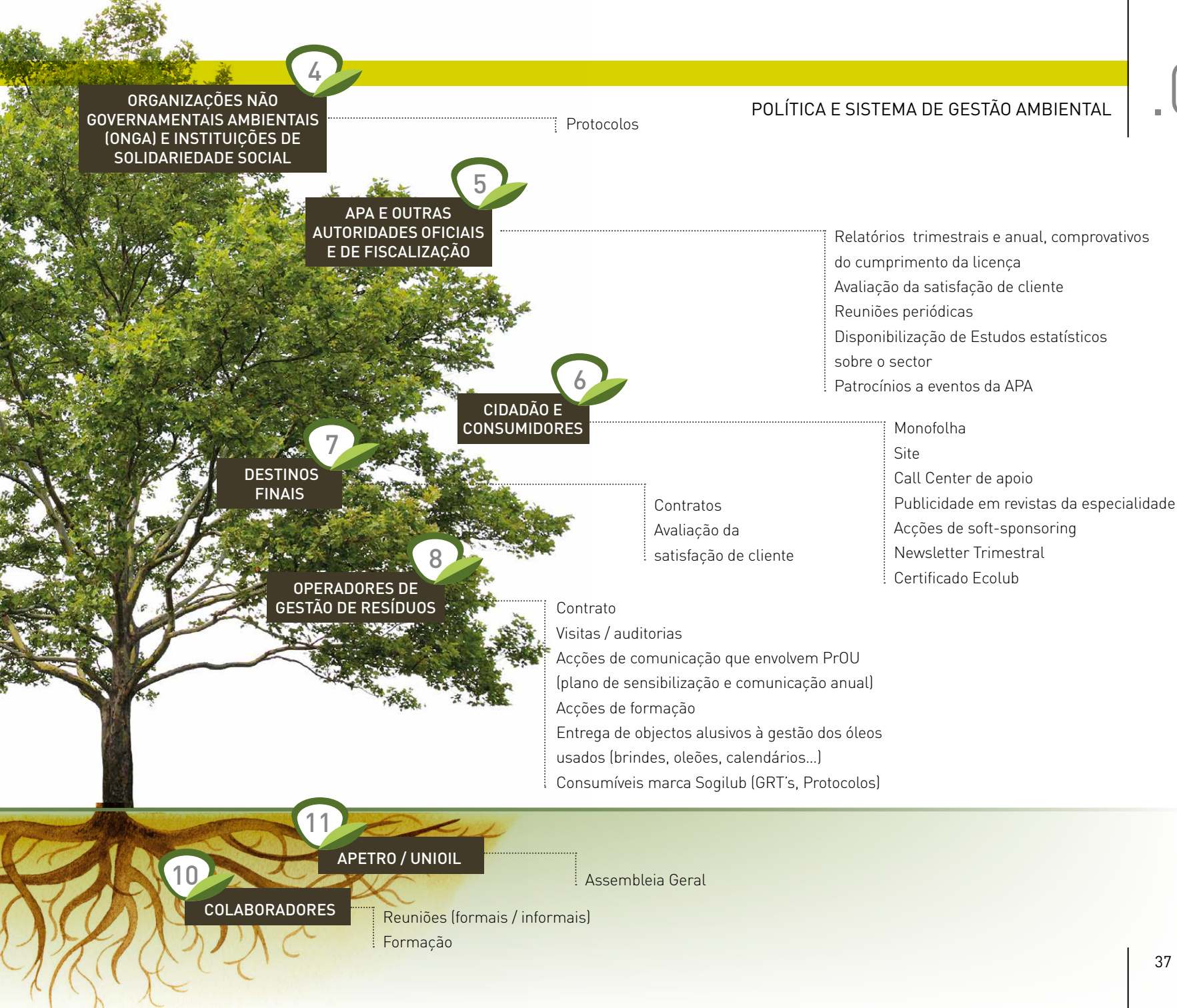
Contrato

Avaliação interna

9

GERÊNCIA

PARTES INTERESSADAS INTERNAS



.03





ASPECTOS E IMPACTES AMBIENTAIS

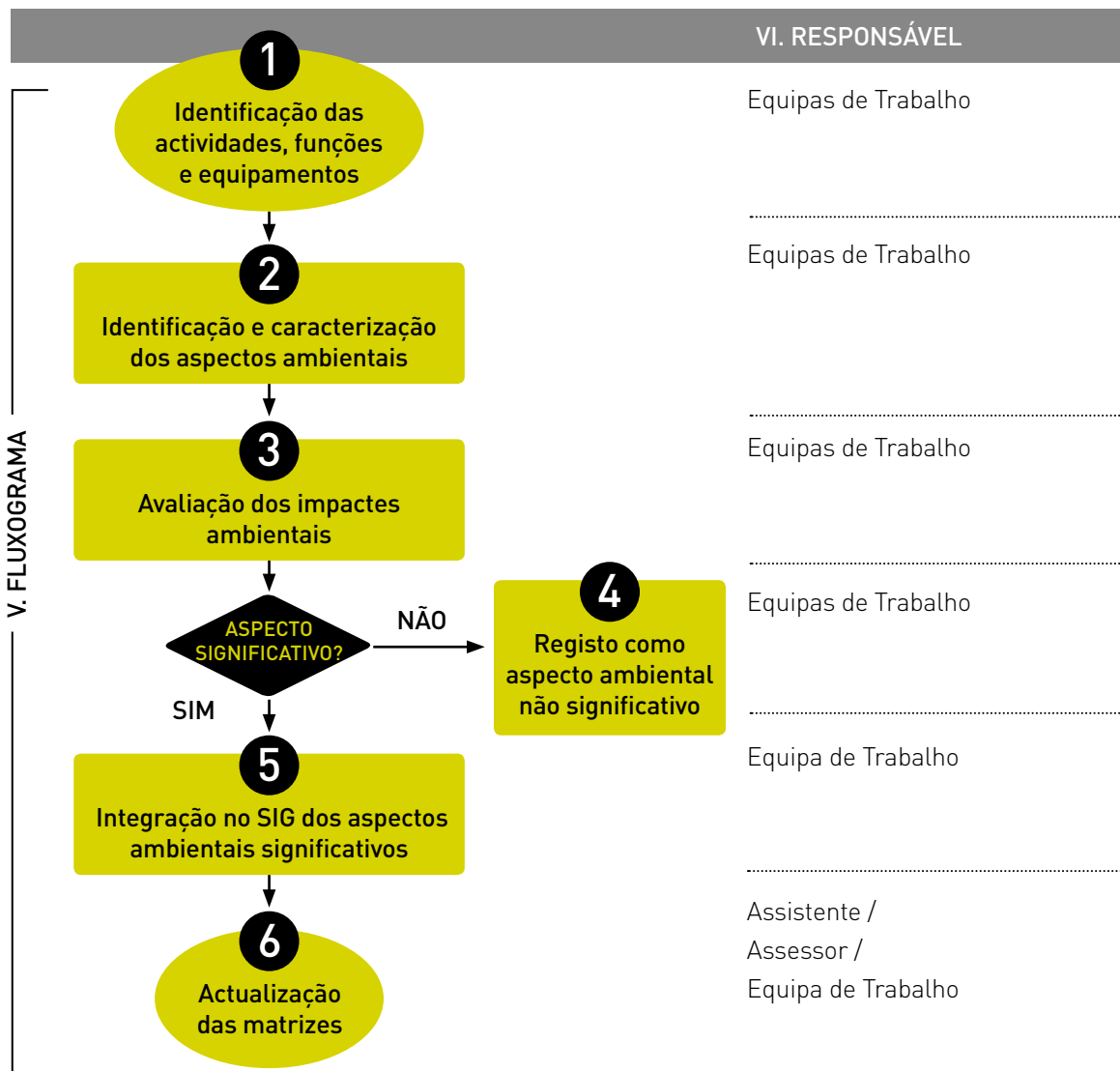
DECLARAÇÃO
AMBIENTAL
2014



A Sogilub determina os seus aspectos significativos anualmente, com base na metodologia definida no procedimento P.04 – Identificação de aspectos ambientais e avaliação de impactes. A sequência de actividades a seguir descrita indica as etapas que conduzem à construção das matrizes de aspectos e impactes ambientais.

A principal singularidade deste sistema de gestão encontra-se relacionada com a actividade da Sogilub, em que em termos ambientais a sua actuação situa-se essencialmente a nível da influência dos seus fornecedores, nomeadamente os operadores de gestão de resíduos. Aí reside, de facto, o principal desafio deste sistema de gestão.

V. FLUXOGRAMA



VII. DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE

A Sogilub organiza o levantamento de aspectos ambientais em equipas de trabalho compostas pelos colaboradores. As equipas procedem à identificação das actividades, funções e produtos da Sogilub e dos fornecedores e subcontratados. Podem ser realizadas actividades de levantamento de terreno para apoiar este trabalho.

As Equipas de Trabalho identificam e caracterizam os aspectos ambientais tendo como ponto de partida listas pré-definidas, associadas às tabelas de aspectos ambientais.

As Equipas de Trabalho procedem à avaliação dos impactes ambientais de acordo com os critérios definidos em anexo no 3.1.

Os aspectos ambientais não significativos são registados como tal. Podem ser objecto de controlo operacional ou monitorização, caso seja decidido pela organização.

Os aspectos ambientais significativos são integrados no Sistema de gestão (como objectivos e metas, controlo operacional ou emergências) para, de acordo com os critérios definidos em anexo, serem tendencialmente minimizados (ou no caso dos impactes positivos, serem maximizados).

A matriz de aspectos ambientais é actualizada pelas Equipas de Trabalho, sempre que surgem novos aspectos ambientais (ex: novos serviços ou estruturas). Na ausência da identificação de necessidades de actualização, os resultados da identificação dos aspectos e avaliação dos impactes ambientais serão revistos, pelo menos, uma vez por ano pela Assistente e pelo Assessor. No caso de surgirem actividades pontuais que impliquem a realização de actividades com aspectos ambientais associados (exemplo: projecto de investigação e desenvolvimento), são elaboradas matrizes para a duração da actividade, permitindo gerir os impactes significativos identificados. O Assessor é responsável por despoletar esta actividade. As tabelas são consideradas como registos, conforme descrito no procedimento P.01 – Controlo dos documentos.

Com um grau de influência ainda menor por parte da Sogilub, mas ainda assim de identificação obrigatória, residem os aspectos ambientais dos clientes, receptores dos óleos usados tratados.

Esses aspectos ambientais mereceram o desenvolvimento de uma ferramenta específica, uma vez que o grau de conhecimento das suas actividades é reduzido e baseia-se na informação que foi possível identificar. Abaixo se apresentam os métodos para a avaliação da significância dos impactes ambientais.

3.1 Metodologia de identificação e avaliação de aspectos e impactes ambientais

Descrição dos Critérios para Avaliação dos Impactes Ambientais (Actividades Sogilub, PrOU ou OGR)

1. Avaliação e classificação dos aspectos ambientais

A significância dos aspectos e impactes ambientais é determinada com base em dois critérios principais:

a) Severidade (impactes negativos) ou Benefício (impactes positivos)

b) Frequência (situações de processo normais ou anómalas) ou Probabilidade (situações de emergência).

A classificação da severidade / benefício dos impactes ambientais é efectuada com base numa escala de 1 a 4, representada no quadro seguinte, de acordo com a sua magnitude e gravidade.

SEVERIDADE/BENEFÍCIO DO IMPACTE POTENCIAL	PONTUAÇÃO
Elevado	4
Médio	3
Reduzido	2
Muito Baixo	1

Quadro 1 - Classificação da severidade/benefício ao nível do impacte

Estes critérios são objectivados por meio da tabela de severidades/benefícios anexa à tabela de aspectos e impactes ambientais.

A Frequência / Probabilidade consiste na classificação da ocorrência do aspecto em situações de operação normal ou anormal (frequência) e em situações de emergência (probabilidade), de acordo com as escalas, de 1 a 4, apresentadas nas tabelas seguintes.

FREQUÊNCIA ASSOCIADA À LABORAÇÃO NORMAL OU ANÓMALA		VALOR A ATRIBUIR
Muito elevada	contínuo ou mais que uma vez por dia	4
Elevada	mais que uma vez por semana até uma vez por dia	3
Moderada	mais que uma vez por mês até uma vez por semana	2
Reduzida	uma vez por mês ou menos	1

Quadro 2 - Classificação da frequência de ocorrência em situações operacionais normais ou anormais

PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA.	ORDEM DE GRANDEZA (ORIENTATIVO)	VALOR A ATRIBUIR
Muito elevada Ocorrência muito provável	Maior ou Igual 1 vez/ano	4
Elevada Ocorrência muito regular	Maior ou Igual 1 vez/5 anos	3
Moderada Razoável probabilidade de ocorrência	Maior ou Igual 1 vez/10 anos	2
Reduzida Baixa probabilidade de ocorrência	Maior ou Igual 1 vez/20 anos	1

Quadro 3 – Classificação da probabilidade de ocorrência em situações de emergência

A avaliação de significância dos aspectos ambientais é efectuada em função da severidade / benefício e da frequência / probabilidade. Considera-se que o primeiro critério representa um indicador mais relevante, pelo que a significância global é dada pela seguinte expressão:

$$2 \times (S/B) + (F/P)$$

Significância, quer em termos positivos, quer em termos negativos:

Nível A	Muito significativo (significância entre 11 e 12)
Nível B	Significativo (significância entre 9 e 10)
Nível C	Pouco significativo (significância entre 6 e 8)

Considera-se que um aspecto ambiental é significativo, ou seja, de integração no SIG, quando obedece à seguinte condição:

$$2 \times (S/B) + (F/P) \geq 9$$

Utilização de filtro de significância:

A existência de uma reclamação ambiental, considerada após análise como justificada, torna um aspecto ambiental não significativo num aspecto ambiental significativo. Esta situação é classificada de um modo binário, com 0 (sem reclamações) ou 1 (existe pelo menos uma reclamação). São então considerados de igual modo aspectos ambientais significativos aqueles que obedecem à seguinte condição:

$$2 \times (S/B) + (F/P) < 9 \text{ e Filtro de significância} = 1$$

A aplicação deste filtro de significância cessa quando a reclamação foi tratada, motivou uma acção correctiva implementada e eficaz, o valor do filtro é eliminado após revisão das matrizes.

Os aspectos ambientais significativos são indexados a:

- 1 – Objectivos/metast: objectivos considerados estratégicos para a organização.
- 2 – Controlo operacional: aspectos que podem ser controlados via definição de procedimentos, sensibilização/formação;
- 3 – ou versam a temática das emergências

Metodologia de Avaliação de Impactes Ambientais para Clientes (Compradores De Óleos Usados Tratados)

A Sogilub aplica outro método para a avaliação dos impactes ambientais dos clientes, baseado em:

- operação de valorização efectuada;
- aspecto da instalação;
- sistema de gestão ambiental ;

- tipo de transporte;
- distância;
- capacidade máxima do processo;
- eficiência.

Os parâmetros são pontuados de 1 (menor impacte) a 3 (maior impacte), de acordo com os critérios seguintes:

	OPERAÇÃO DE VALORIZAÇÃO EFECTUADA	ASPECTO	SGA	TIPO DE TRANSPORTE
Aspecto ambiental relacionado (aspectos indirectos):	Consumo de energia, água, produção de resíduos, emissões atmosféricas	Produção de resíduos, derrames	Não aplicável	Consumo de combustíveis, ruído, emissões atmosféricas
Impacte ambiental	Depleção de recursos naturais não ou parcialmente renováveis, impactes indirectos do seu tratamento, poluição do ar	Impactes indirectos do seu tratamento, contaminação do solo e da água.	Não aplicável	Depleção de recursos naturais

CRITÉRIOS				
1	Regeneração	Organizado, com práticas de limpeza sistematizadas	Sistema de gestão ambiental implementado e certificado	Marítimo Rodoviário
2	Reciclagem	Algumas práticas de limpeza e organização, mas não sistematizado.	Sistema de gestão ambiental em curso de implementação	Rodoviário
3	Valorização energética	Derrames, sujidade generalizada	Sem sistema de gestão ambiental implementado	Marítimo + Rodoviário

DISTÂNCIA	CAPACIDADE MÁXIMA (T/ANO)	EFICIÊNCIA PROCESSO
Consumo de combustíveis, ruído, emissões atmosféricas	Consumo de energia, água, produção de resíduos, emissões atmosféricas	Produção de resíduos, reutilização de OU
Depleção de recursos naturais	Depleção de recursos naturais não ou parcialmente renováveis, impactes indirectos do seu tratamento, poluição do ar	Impactes indirectos do seu tratamento, diminuição do consumo de recursos naturais
Nacional	0 - 1.500 ton/ano	> 71% de recuperação de produtos (óleos base ou fuel-óleo)
Península Ibérica	1.501 ton/ano - 3.000 ton/ano	61 a 70% de recuperação de produtos (óleo base ou fuel-óleo)
Outros (exemplo: Europa)	> 3.001 ton /ano	< 60% de recuperação de produtos (óleo base ou fuel-óleo)

O valor da significância é dado pela seguinte expressão.

SIGNIFICÂNCIA DO IMPACTE =
Operação x aspecto x tipo de transporte x distância
x capacidade máxima x eficiência

Critério de significância: S > 20

Sendo que a capacidade de influência dos clientes é extremamente reduzida, a Sogilub não define acções no sentido de sugerir minimização de impactes ambientais e monitoriza o desempenho dos seus clientes.

A avaliação de significância permite também seleccionar os destinos finais dos óleos usados tratados.

3.2 Síntese de aspectos ambientais significativos

3.2.1 Aspectos Ambientais Directos

Os aspectos ambientais directos dizem respeito à actividade administrativa desenvolvida na sede da Sogilub, distinguem-se os seguintes aspectos ambientais significativos.



ASPECTO AMBIENTAL	IMPACTE AMBIENTAL	LOCAL	MEIO DE CONTROLO
Consumo de papel	Impacte indirecto da sua produção	Actividades administrativas da Sogilub	Informatização do envio da correspondência a produtores de óleos novos (PrON) e usados (PrOU). Informatização das declarações de PrON. Inserção de advertência para não imprimir desnecessariamente documentos.
Reutilização de materiais	Minimização do consumo de recursos naturais	Actividades administrativas da Sogilub	Mantém-se a política de reutilização de papel.
Gestão de resíduos perigosos	Minimização do consumo de recursos naturais e da poluição do solo e da água	Actividades da Sogilub	A actividade da Sogilub encontra-se vocacionada para a maximização deste impacte positivo, através do cumprimento das metas da sua Licença.

3.2.2 Aspectos Ambientais Indirectos

Definem-se os aspectos ambientais indirectos como: Aspecto ambiental associado a actividades de fornecedores (incluindo subcontratados), prestadores de serviços ou outros; ou seja, fora do âmbito da responsabilidade directa da Sogilub, mas sobre as quais esta pode exercer influência (transporte e tratamento de óleos usados, produção de óleos usados).

3.2.2.1 Operadores de Gestão de Resíduos

A maioria dos aspectos ambientais significativos diz respeito às

actividades dos operadores de gestão de resíduos, incluindo os sub-recolhedores.

A Sogilub efectua periodicamente auditorias à sua rede de recolha e tratamento de óleos usados e solicita anualmente dados necessários para a avaliação de aspectos e impactes. A última recolha de dados data de Setembro de 2014, sendo relativa ao ano de 2013.

As medidas de controlo definidas nas tabelas seguintes são oriundas dos dados recolhidos em auditoria e da análise da documentação enviada (a frequência deste acompanhamento visa a recolha anual de dados).

ASPECTOS
POSITIVOS

ASPECTOS
NEGATIVOS



Produção de emissões atmosféricas por fontes fixas



Consumo de energia (todas as fontes)



Fuel-óleo



Produção de resíduos não perigosos



Produção de resíduos perigosos



Electricidade



Consumo de gasóleo



Produção de odores



Derrame de produtos perigosos

ASPECTO AMBIENTAL	IMPACTE AMBIENTAL	LOCAL	MEIO DE CONTROLO
Consumo de energia (todas as fontes)	Degradação ou consumo imoportate de recursos naturais parcialmente renováveis	OGR A, B, C	Auditorias a OGR, visando a verificação da conformidade legal, a implementação dos requisitos dos contratos, das Normas ISO 9001, 14001 e do princípio da melhoria contínua. São recolhidos dados para verificação do desempenho ambiental.
Consumo de energia eléctrica	Impactes indirectos da produção de energia electrica	OGR A, B	Auditorias a OGR, visando a verificação da conformidade legal, a implementação dos requisitos dos contratos, das Normas ISO 9001, 14001 e do princípio da melhoria contínua. São recolhidos dados para verificação do desempenho ambiental.
Consumo de fuel-óleo	Utilização de recursos naturais não renováveis	OGR A	Auditorias a OGR, visando a verificação da conformidade legal, a implementação dos requisitos dos contratos, das Normas ISO 9001, 14001 e do princípio da melhoria contínua. São recolhidos dados para verificação do desempenho ambiental.

ASPECTO AMBIENTAL	IMPACTE AMBIENTAL	LOCAL	MEIO DE CONTROLO
Consumo de gasóleo	Utilização de recursos naturais não renováveis	OGR A, B, C, D, E, F, G	Auditorias a OGR, visando a verificação da conformidade legal, a implementação dos requisitos dos contratos, das Normas ISO 9001, 14001 e do princípio da melhoria contínua. São recolhidos dados para verificação do desempenho ambiental.
Produção de resíduos perigosos	Contaminação do solo e das águas ou impactes indirectos da sua valorização	OGR A,B,C,E, F,G	Auditorias a OGR, visando a verificação da conformidade legal, a implementação dos requisitos dos contratos, das Normas ISO 9001, 14001 e do princípio da melhoria contínua. São recolhidos dados para verificação do desempenho ambiental.
Derrame de produtos perigosos	Impacte indirecto do resíduo gerado ou degradação do solo e da qualidade da água	OGR A, B, C, D, E, F, G	Entrega do Plano de Emergência e Contingência (PEC). Nas auditorias efectuadas, é verificada a existência de equipas formadas, meios de combate a emergência e realização de simulacros.

ASPECTO AMBIENTAL	IMPACTE AMBIENTAL	LOCAL	MEIO DE CONTROLO
Produção de resíduos não perigosos	Contaminação do solo e das águas ou impactes indirectos da sua valorização.	OGR B	Auditorias a OGR, visando a verificação da conformidade legal, a implementação dos requisitos dos contratos, das Normas ISO 9001, 14001 e do princípio da melhoria contínua. São recolhidos dados para verificação do desempenho ambiental.
Produção de emissões atmosféricas por fontes fixas	Degradação da qualidade do ar.	OGR E, F	Auditorias a OGR, visando a verificação da conformidade legal, a implementação dos requisitos dos contratos, das Normas ISO 9001, 14001 e do princípio da melhoria contínua. São recolhidos dados para verificação do desempenho ambiental.
Emissão de odores	Incomodidade	OGR C	Auditorias a OGR, visando a verificação da conformidade legal, a implementação dos requisitos dos contratos, das Normas ISO 9001, 14001 e do princípio da melhoria contínua. São recolhidos dados para verificação do desempenho ambiental.

MEIOS DE CONTROLO

Para os aspectos ambientais relacionados com a situação operacional das emergências, a Sogilub exerce o seu grau de influência através da entrega do Plano de Emergência e Contingência, através dos controlos das Medidas de Autoprotecção elaboradas pelos OGR. Nas actividades de auditoria realizadas, são verificadas a existência de equipas formadas, meios de combate existentes e mantidos e simulacros realizados com determinação de acções de melhoria.

Para os restantes aspectos ambientais, o meio de controlo baseia-se na realização de auditorias visando a verificação da conformidade legal, a recolha de dados para identificação de aspectos e impactes ambientais e para a avaliação do desempenho. A Sogilub emite um relatório com identificação de não conformidade e oportunidades de melhoria, sendo efectuado um seguimento das acções empreendidas.

Os restantes fornecedores da Sogilub não apresentam aspectos significativos, de acordo com a metodologia adoptada pela organização.

3.2.2.2 Produtores de óleos usados

Relativamente aos produtores de óleos usados (PrOU), foram agrupados nas categorias pequeno, médio e grande PrOU, permitindo um agrupamento dos mais de 17.000 PrOU's que anualmente entregam óleo usado ao SIGOU.

Da análise e do conhecimento que a Sogilub possui dos PrOU's através dos vários canais disponíveis (estudos de satisfação, site,

call center) não houve registos de emergências. A Sogilub atribui esse facto, entre outras actividades, à divulgação das boas práticas entre outras actividades, à divulgação das boas práticas no site, entrega de folhetos e informação fornecida pelo call center. Assim, os aspectos ambientais associados às emergências foram reavaliados, tendo deixado de ser significativos.



ASPECTOS
POSITIVOS

ASPECTOS
NEGATIVOS

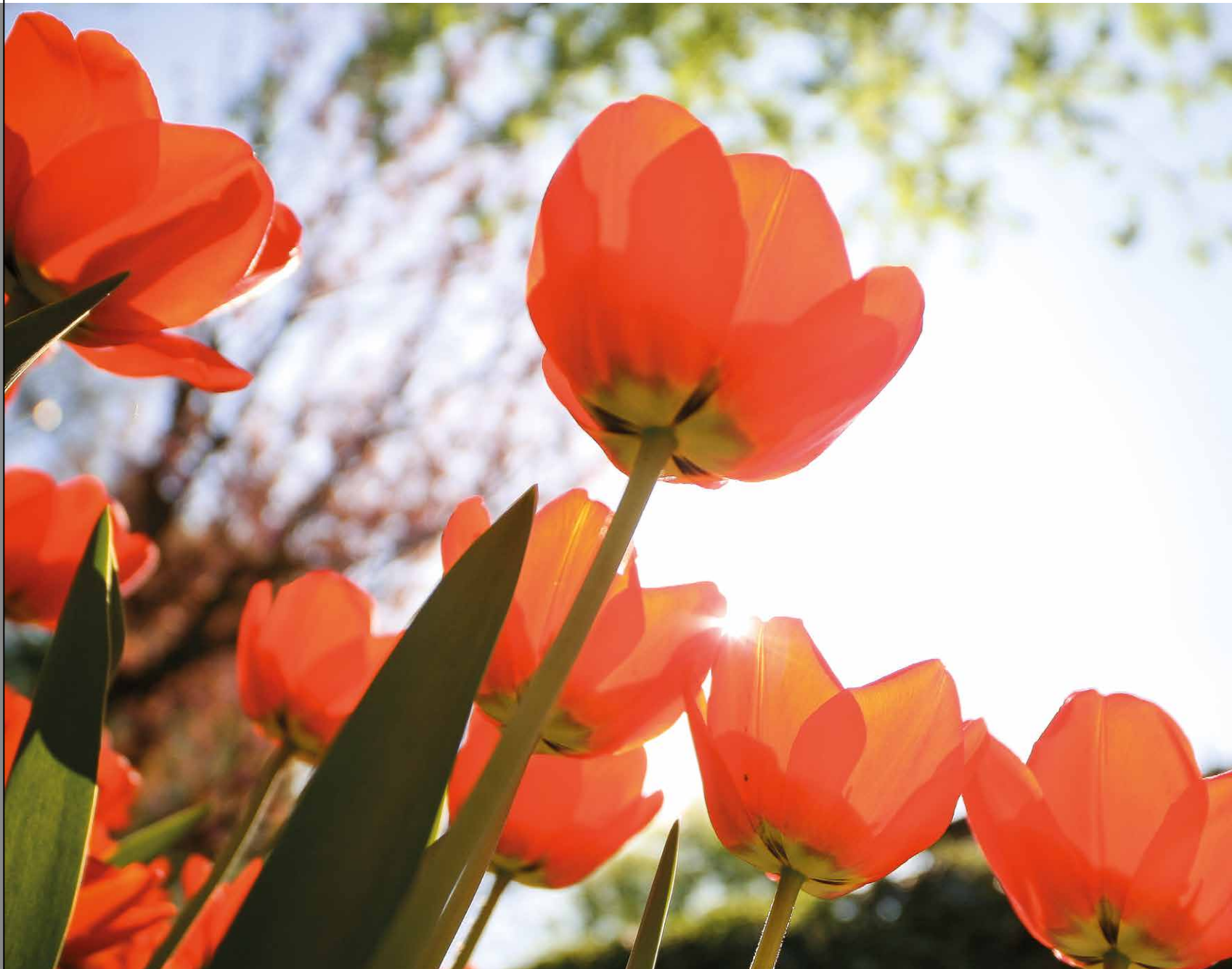
3.2.2.3 Clientes

Apenas um dos clientes (destino final) apresenta impacto ambiental significativo (o cliente 3), sendo que a operação de gestão de resíduos é a reciclagem. De referir que, apesar de exigir a estas entidades evidências de habilitação para o fornecimento de óleos usados, o grau de influência exercido pela Sogilub sobre o seu desempenho ambiental, é reduzido.

ASPECTO AMBIENTAL	IMPACTE AMBIENTAL	ACTIVIDADE, PRODUTO OU SERVIÇO QUE ORIGINA O ASPECTO AMBIENTAL	MODO DE CONTROLO
Consumo de energia, consumo de água, produção de resíduos, emissões atmosféricas	Depleção de recursos naturais não ou parcialmente renováveis, impactes indirectos do seu tratamento, poluição do ar	Reciclagem de óleos usados tratados	Solicitação de dados ambientais aquando das consultas para atribuição de lotes de óleo.



.04





OBJECTIVOS E METAS AMBIENTAIS

DECLARAÇÃO
AMBIENTAL
2014





4.1 Objectivos e metas ambientais 2014

A Sogilub define anualmente objectivos e metas focalizadas no seu serviço e na prevenção da poluição, os quais estão relacionados com os aspectos ambientais significativos (indirectos, decorrentes da actividade dos OGR's e directos, decorrentes da actividade da Sogilub), de acordo com o seu processo PS.02 – Definir e implementar estratégia. Foram definidos e concretizados os objectivos seguintes para 2014, sendo efectuados acompanhamentos trimestrais dos mesmos. Apresenta-se de seguida os objectivos e metas para 2014, o programa de gestão correspondente e o seu fecho no final de 2014).

Legenda:

- concluído
- em curso
- não realizado

1		Garantir o encaminhamento total dos óleos usados em Portugal para destinos finais adequados	
META		Obtenção da renovação da licença e operação de acordo com a mesma.	
INDICADOR DE DESAPENHO		Licença.	
ETAPAS		1.1 – Obtenção da licença e publicitação. 1.2 – Identificação de impacto das alterações do novo modelo sobre o SIGOU e o sistema de gestão da qualidade e ambiente, planeamento de acções para adequação ao novo modelo (ver acção de formação planeada). 1.3 – Implementação do modelo. 1.4 – Monitorização do grau de implementação do modelo e identificação de acções de melhoria (Auditoria interna).	
RESPONSÁVEL		Gerência	
RECURSOS		Financeiros, consultoria externa	
FECHO DO ANO 2014		Ainda não foi publicada a Licença, não se tendo atingido a meta proposta. Apesar dos contactos desenvolvidos com a APA em diversas ocasiões no ano de 2014 (reuniões e prestação de esclarecimentos), a obtenção da Licença é um assunto que não depende directamente da Sogilub.	
COMPARAÇÃO COM O ANO ANTERIOR		A situação mantém-se inalterada, desde 2013.	

ASPECTO AMBIENTAL RELACIONADO:
Gestão de resíduos perigosos (óleos usados)
POSITIVO

ASPECTO
AMBIENTAL
RELACIONADO:
Gestão de resíduos
perigosos
(óleos usados)
POSITIVO

2 ▶ Aumentar a taxa de recolha de óleos usados (OU) no âmbito do SIGOU

META	85%
INDICADOR DE DESEMPENHO	OU Recolhidos / OU gerados no âmbito do SIGOU
ETAPAS	2.1 – Plano de acções para a fidelização de produtores de óleos usados (continuação da campanha Oleões) 2.2 – Continuação com as campanhas dos certificados “empresa amiga do ambiente”.
RESPONSÁVEL	Gerência
RECURSOS	Financeiros e materiais
FECHO DO ANO 2014	<p>No final do ano de 2014, adequou-se a taxa de recolha à realidade do mercado Português e ao draft da nova Licença, na sequência de reuniões de trabalho com a APA em que se confirmou a bondade e coerência ao nível técnico da metodologia agora utilizada:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Constatou-se um aumento do mercado dos óleos que não pagam ecovalor e que não geram OU para o SIGOU (+28% do que em 2013), contribuindo para o mercado global. • Um estudo efectuado a título de I&D em 2014 identifica que o tempo que medeia entre a entrada do óleo novo no mercado e a sua transformação em OU (leadtime) é superior a um ano, podendo ser identificado como causa possível para o desencontro entre o acréscimo de óleos novos e o decréscimo de OU. <p>Passando essa fórmula a ser feita através do mercado que gera resíduo ou seja que paga ecovalor e não o mercado total, sendo assim a taxa de recolha em 2014 foi de 94%</p>
COMPARAÇÃO COM O ANO ANTERIOR	2013: Notou-se um aumento da taxa de recolha relativamente a 2013, devido à mudança na base de cálculo

3

Aumento da taxa directa de recolha

ASPECTO
AMBIENTAL
RELACIONADO:
Gestão de resíduos
perigosos
(óleos usados)
POSITIVO




META	45%
INDICADOR DE DESEMPENHO	Recolha / óleos novos sujeitos a Ecovalor
ETAPAS	3.1 – Continuação da implementação do projecto I&D – Mobilidade, aumentando a eficiência (pessoas, meios e tempo) 3.2 – Monitorização do mercado com a implementação de reuniões periódicas (mensais) com OGR`s
RESPONSÁVEL	Gerência
RECURSOS	Financeiros e materiais
FECHO DO ANO 2014	<p>A taxa de recolha directa no final de 2014 foi avaliada em 41%, sendo que a meta não foi atingida. A tendência para não atingir esta meta foi sendo identificada ao longo do ano.</p> <p>Estabelece-se uma relação directa com o objectivo anterior e os seus resultados. Salienta-se como esforços para aumentar a taxa de recolha directa a campanha “Oleões”, o “Incentivo à recolha” e a acção de formação para motoristas “Condução defensiva” como forma de evidenciar o apoio da Sogilub ao trabalho dos motoristas.</p>
COMPARAÇÃO COM O ANO ANTERIOR	<p>2013: 45,01</p> <p>Meta não atingida e resultado em decréscimo relativamente ao ano anterior, causado pelo que já foi explicado no objectivo anterior.</p>

4




Aumentar a taxa de regeneração de OU no âmbito do SIGOU

ASPECTO
AMBIENTAL
RELACIONADO:
Gestão de resíduos
perigosos
(óleos usados)
POSITIVO

META	55%
INDICADOR DE DESEMPENHO	OU regenerados no âmbito do SIGOU / OU recolhidos no âmbito do SIGOU
ETAPAS	4.1 – Monitorização dos actuais e potenciais destinos finais 4.2 – Incrementação do projecto de recolha de amostras e análises
RESPONSÁVEL	Assistente de Operações
RECURSOS	Financeiros
FECHO DO ANO 2014	<p>Realizando o acompanhamento das acções do programa de gestão:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identifica-se que foram recolhidas amostras em todas as recolhas, todo o ano. - Têm sido acompanhados os destinos finais, existindo grande diversidade a nível dos processos de transformação de OU. Estas diferenças encontram-se, materializadas na matriz de destinos finais (Nota: este documento foi validado pela APA). - É preocupação da Sogilub favorecer este destino final. <p>A Taxa de regeneração foi concretizada: 61% no final de 2014.</p>
COMPARAÇÃO COM O ANO ANTERIOR	<p>2013: 54%</p> <p>A Sogilub tem privilegiado este destino final, com os resultados visíveis.</p>

5  Aumentar a taxa de reciclagem de OU no âmbito do SIGOU	
META	75%
INDICADOR DE DESEMPENHO	OU reciclados no âmbito do SIGOU / (OU recolhidos no âmbito do SIGOU – OU regenerados no âmbito do SIGOU)
ETAPAS	5.1 – Garantir destinos finais habilitados 5.2 – Monitorização dos actuais e potenciais destinos finais
RESPONSÁVEL	Assistente de Operações
RECURSOS	Financeiros
FECHO DO ANO 2014	 Foram executadas as acções previstas do programa de gestão. A taxa foi atingida no final do ano (87%).
COMPARAÇÃO COM O ANO ANTERIOR	 2013: 89% Apesar de se ter atingido a meta em 2014, o resultado está em diminuição desde 2013, tendo em consideração que a Sogilub favorece o destino de regeneração dos óleos usados.



ASPECTO AMBIENTAL RELACIONADO:
Gestão de resíduos perigosos (óleos usados) POSITIVO

6  Taxa de valorização de OU no âmbito do SIGOU	
META	100%
INDICADOR DE DESEMPENHO	OU recolhidos – OU regenerados – OU reciclados
ETAPAS	Desde a publicação da primeira licença da Sogilub (Despacho 662/2005) têm vindo a ser levadas a cabo actividades que visam a renegociação da meta com a APA no âmbito do caderno de encargos para a nova licença. Nesse contexto e na expectativa da alteração e clarificação da nova licença, não se julga pertinente a definição de acções visando a concretização da meta.
RESPONSÁVEL	Não aplicável
RECURSOS	Não aplicável
FECHO DO ANO 2014	 Todo o OU foi enviado para destino final, cumprindo a hierarquia de gestão de resíduos, não havendo óleo para valorização energética. Entendemos que esta meta se encontra concretizada.
COMPARAÇÃO COM O ANO ANTERIOR	 A situação é idêntica à do ano anterior, carecendo de clarificação aquando da publicação da nova Licença.

ASPECTO AMBIENTAL RELACIONADO:
Gestão de resíduos perigosos (óleos usados) POSITIVO

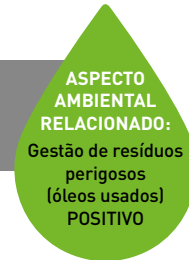
7

Influenciar Ambientalmente os nossos Sub-Contratados

META	0 Emergências (incêndio ou derrame)
INDICADOR DE DESEMPENHO	Comparação com o histórico apresentado pelos OGR's
ETAPAS	<p>7.1 – Rever o resultado da avaliação de risco ambiental* relacionado com as emergências e comunicar aos OGR, caso seja necessário (*a realizar quando estiver confirmada a constituição da nova rede de OGR's)</p> <p>7.2 – Garantir que os novos contratos com OGR's, têm exigências ambientais e prevêm auditorias por parte da Sogilub</p>
RESPONSÁVEL	Assessor
RECURSOS	Financeiros, consultoria externa
FECHO DO ANO 2014	 <p>Foi recebido o relatório PEC da ValorAmbiente. Mantêm-se a não revisão do PEC, por ausência de publicação da nova licença. Da análise dos relatórios semestrais PEC, não se identificam emergências.</p>
COMPARAÇÃO COM O ANO ANTERIOR	 <p>2013: O grau de influência sobre os OGR foi considerado mediano em 2013, por dificuldades de recepção de relatórios. Constata-se em 2014 uma dificuldade semelhante, estando previsto o reforço da influência da Sogilub sobre os OGR por meio de novos contratos a estabelecer.</p> <p>De salientar que se mantém a ausência de emergências ambientais em 2014, situação semelhante à do ano de 2013.</p>

ASPECTO AMBIENTAL RELACIONADO:

Incêndio, derrame, consumo de energia (combustíveis, electricidade), produção de resíduos (perigosos e não perigosos), emissões atmosféricas por fontes fixas, ruído.





8 ▶

Abrangência total dos PRON no território Português



META	Manter o valor de 470 aderentes (+ ou -20 aderentes)
INDICADOR DE DESEMPENHO	Nº de aderentes
ETAPAS	8.1 – Planeamento e implementação de actividades de fidelização dos PRON existentes 8.2 – Avaliar a conveniência/oportunidade da realização de uma Convenção Sogilub, sob o título da “nova licença”
RESPONSABILIDADE	Gerência
RECURSOS	Financeiros, consultoria externa
FECHO DO ANO 2014	<p>Identificam-se 510 ProN no final de 2014.</p> <p>Foram realizadas as actividades previstas para fidelização de ProN:</p> <ul style="list-style-type: none"> • envio de certificados, • verificações a ProN efectuadas pela Deloitte, numa vertente pedagógica. <p>Mantém-se a decisão em não realizar a convenção ProN, na ausência da publicação da Licença.</p> <p>Outras actividades foram realizadas relacionadas com ProN no que respeita à prestação de informações: 370 comunicações e respostas foram registadas através do Call Center.</p> <p>A meta foi atingida</p>
COMPARAÇÃO COM O ANO ANTERIOR	<p>2013: 490 PRON aderentes</p> <p>Confirma-se, uma vez mais, a fidelização dos PRON, através da prestação de um serviço em que se verificam altos níveis de satisfação. A Sogilub prossegue com o seu esforço continuado de abrangência de PRON na sua rede.</p>

9 ▶ Melhorar a qualidade do óleo tratado

META	0 reclamações de clientes (destinos finais)
INDICADOR DE DESEMPENHO	Nº de reclamações de clientes (destinos finais)
ETAPAS	<p>9.1 – Comparação das especificações técnicas dos óleos à saída da unidade de tratamento vs destinos finais.</p> <p>9.2 – Criar um procedimento para o tratamento de reclamações de destinos finais.</p> <p>9.3 – Finalização da implementação em Si-Oil de procedimento para obtenção dos resultados do controlo final do tratamento dos óleos.</p>
RESPONSÁVEL	Assistente de Operações
RECURSOS	Não aplicável
FECHO DO ANO 2014	 Não foram recebidas reclamações em 2014. O objectivo foi cumprido.
COMPARAÇÃO COM O ANO ANTERIOR	 2013: 1 reclamação. As medidas implementadas em 2014 visaram reforçar o controlo da qualidade e o conhecimento que a Sogilub tem dos resultados do mesmo. Os resultados de 2014 apresentaram-se pois como consequência desta melhoria.

NOTA:
Objectivo relacionado com as temáticas da qualidade, não podendo ser relacionado com aspectos ambientais

10 ▶ Garantir o envio dos Certificados PrOU's

META	Reduzir a taxa de devolução de Certificados para 11%
INDICADOR DE DESEMPENHO	Nº de certificados devolvidos (Comparação com o histórico apresentado nos outros anos)
ETAPAS	10.1 Rever o resultado da acção e identificar alterações no procedimento. Comunicá-lo aos OGR's.
RESPONSÁVEL	Assistente
RECURSOS	Financeiro
FECHO DO ANO 2014	 A taxa de devolução de certificados atingiu o valor final de 8,2%, tendo havido menos certificados devolvidos do que o previsto na meta.
COMPARAÇÃO COM O ANO ANTERIOR	 Considerando que este objectivo foi acrescentado no decorrer do ano de 2014, não é possível tecer considerações sobre a sua evolução desde 2013.

ASPECTO AMBIENTAL RELACIONADO:
Plantação de árvores e arbustos

4.2 Objectivos e metas ambientais 2015

A organização definiu os seus objectivos e metas para 2015:

1 ► Garantir a continuidade do encaminhamento total dos óleos usados em Portugal para destinos finais adequados		ASPECTO AMBIENTAL RELACIONADO: Gestão de resíduos perigosos (óleos usados) POSITIVO
META	Obtenção da nova licença e cumprimento dos requisitos da mesma. Nota: até à publicação da nova licença, manter o cumprimento dos requisitos da Licença actual	
INDICADOR DE DESEMPENHO	Nº de não conformidades em auditoria interna	
ETAPAS	1.1 Obtenção da licença e divulgação às partes interessadas	
	1.2. Identificação de impacto das alterações do novo modelo sobre o SIGOU e o sistema de gestão da qualidade e ambiente.	
	1.3. Planeamento de acções para adequação ao novo modelo.	
	1.4. Implementação do modelo.	
	1.5. Monitorização do grau de implementação do modelo por auditoria interna e implementação de acções de melhoria.	
RESPONSÁVEL	Gerência	
RECURSOS	Financeiros	
	Consultoria externa	
PRazos	31.12.2015	

2 ► Cumprir a taxa de recolha de óleos usados (OU) no âmbito do SIGOU		ASPECTO AMBIENTAL RELACIONADO: Gestão de resíduos perigosos (óleos usados) POSITIVO
META	85%	
INDICADOR DE DESEMPENHO	OU recolhidos / OU gerados no âmbito do SIGOU	
ETAPAS	2.1 – Modificação do programa de incentivos à recolha de OU pelos OGR, iniciado em 2013.	
	2.2 – Aumentar a cooperação com entidades fiscalizadoras para denunciar e tentar reduzir o mercado paralelo, potenciando mais óleo para o SIGOU.	
	2.3 – Prosseguir com a Campanha de comunicação aos PrOU , nomeadamente através da acção Certificados “Empresa amiga do ambiente”	
RESPONSÁVEL	Gerência	
RECURSOS	Financeiros	
PRazos	31.12.2015	

3 ▶ Cumprimento da taxa directa de recolha

ASPECTO
AMBIENTAL
RELACIONADO:
Gestão de resíduos
perigosos
(óleos usados)
POSITIVO

META	44%
INDICADOR DE DESEMPENHO	Recolha / óleos gerados
ETAPAS	<p>3.1 – Modificação do programa de incentivos à recolha de OU pelos OGR, iniciado em 2013.</p> <p>3.2 – Aumentar a cooperação com entidades fiscalizadoras para denunciar e tentar reduzir o mercado paralelo, potenciando mais óleo para o SIGOU.</p> <p>3.3 – Prosseguir com a Campanha de comunicação aos PrOU , nomeadamente através da acção Certificados “Empresa amiga do ambiente”.</p>
RESPONSÁVEL	Gerência
RECURSOS	Incluído nos recursos definidos para o objectivo 2
PRazos	31.12.2015

4 ▶ Aumentar a taxa de regeneração de OU no âmbito do SIGOU

ASPECTO
AMBIENTAL
RELACIONADO:
Gestão de resíduos
perigosos
(óleos usados)
POSITIVO

META	60%
INDICADOR DE DESEMPENHO	OU regenerados no âmbito do SIGOU / OU recolhidos no âmbito do SIGOU
ETAPAS	<p>4.1 – Prosseguir com as acções de recolhas e de controlo analítico e de investigação que contribuam para aumentar a disponibilidade do óleo tratado para regeneração (exemplo: controlo analítico relativo à rastreabilidade, amostragem e projecto CO-NUR - estudo de contaminantes prejudiciais à regeneração).</p> <p>4.2 – Intensificar as acções para a rastreabilidade do OU (incrementar o número de parâmetros analíticos avaliados).</p>
RESPONSÁVEL	Gerência / Assistente de Operações
RECURSOS	<p>Financeiros</p> <p>Consultoria externa</p>
PRazos	31.12.2015

5 ▶ Cumprir a taxa de reciclagem de OU no âmbito do SIGOU

ASPECTO AMBIENTAL RELACIONADO:
Gestão de resíduos perigosos (óleos usados)
POSITIVO

META	80%
INDICADOR DE DESEMPENHO	OU reciclados no âmbito do SIGOU / (OU recolhidos no âmbito do SIGOU – OU regenerados no âmbito do SIGOU)
ETAPAS	5.1 – garantir que os destinos finais estão devidamente licenciados para receber OU tratados e são avaliados pela matriz de destinos finais.
RESPONSÁVEL	Gerência
RECURSOS	Não aplicável
PRazos	31.12.2015

6 ▶ Manter a taxa de valorização dos óleos recolhidos no âmbito do SIGOU

ASPECTO AMBIENTAL RELACIONADO:
Gestão de resíduos perigosos (óleos usados)
POSITIVO

META	100%
INDICADOR DE DESEMPENHO	OU valorizados energeticamente no âmbito do SIGOU / (OU recolhidos – OU regenerados – OU reciclados)
ETAPAS	Nota: Esse ponto pode ser explicado através do balanço Mássico. Os sedimentos e as águas oriundos do tratamento do OU são tratados, controlados, geridos pelos OU e controlados por meio de auditorias. Esta meta está pendente de alteração e/ou clarificação da nova licença, não se julga pertinente a definição de acções visando a concretização da meta.
RESPONSÁVEL	NA
RECURSOS	NA
PRazos	NA

7

Influenciar ambientalmente os nossos subcontratados

META	0 Emergências (incêndio ou derrame)
INDICADOR DE DESEMPENHO	Comparação com o histórico apresentado pelos OGR's
ETAPAS	<p>7.1 (a) – Rever o resultado da avaliação de risco ambiental relacionado com as emergências (na publicação da nova Licença) e comunicar aos OGR, caso seja necessário.</p> <p>7.1 (b) – Acompanhar a existência de simulacros / emergências e seu tratamento nas instalações dos OGR através da solicitação de relatórios semestrais.</p> <p>7.2 – Refazer contratos com OGR's, aumentando a exigência ambiental e a abertura para auditorias por parte da Sogilub (na publicação da nova Licença)</p>
RESPONSÁVEL	Assessor
RECURSOS	<p>Financeiros</p> <p>Consultoria externa</p>
PRazos	31.12.2015

ASPECTO AMBIENTAL RELACIONADO:

Incêndio, derrame, consumo de energia (combustíveis, electricidade), produção de resíduos (perigosos e não perigosos), emissões atmosféricas por fontes fixas, ruído.

8

Abrangência total dos PRON no território Português

META	Manter o número de 500 aderentes (+ ou -20 aderentes)
INDICADOR DE DESEMPENHO	PRON contratualizados
ETAPAS	<p>8.1 – Revisão e promoção da imagem dos certificados, no sentido da clarificação da relação entre a Sogilub e a Ecolub.</p> <p>8.2 - Convenção Sogilub, sob o título da "nova licença (Nota; apenas se for publicada a nova Licença).</p> <p>8.3 – Aumentar a cooperação com entidades fiscalizadoras no sentido de identificar e denunciar situações de não adesão ao SIGOU.</p>
RESPONSÁVEL	Gerência
RECURSOS	<p>Financeiros</p> <p>Consultoria externa</p>
PRazos	31.12.2015

ASPECTO AMBIENTAL RELACIONADO:

Gestão de resíduos perigosos (óleos usados) POSITIVO

9 ► Melhorar a qualidade do óleo tratado

NOTA:
Objectivo relacionado com as temáticas da qualidade, não podendo ser relacionado com aspectos ambientais

META	0 reclamações de clientes (destinos finais)
INDICADOR DE DESEMPENHO	Reclamações de clientes (destinos finais)
ETAPAS	<p>9.1 – Obtenção de resultados do controlo da qualidade no final do tratamento dos óleos e colocação no Si-Oil.</p> <p>9.2 – Estabelecimento de especificações para o OU tratado para todos os destinos, aprovação pela APA e comunicação aos OGR.</p> <p>9.3 – Recolha de dados relativos à conformidade dos óleos tratados no destino final e informação aos OGR</p>
RESPONSÁVEL	Assistente de Operações
RECURSOS	Não aplicável
PRazos	31.12.2015

10

▶ Compensar os impactes ambientais negativos da actividade de recolha de resíduos

ASPECTO
AMBIENTAL
RELACIONADO:
Plantação
de árvores
e arbustos

META	Plantar 11.250 indivíduos viáveis de espécies autóctones portuguesas
INDICADOR DE DESEMPENHO	Nº de indivíduos viáveis
ETAPAS	<p>10.1 – Formalização de protocolo entre a Quercus – ANCN e a Sogilub.</p> <p>10.2 – Selecção de áreas situadas em zonas com interesse para a conservação ou na sua proximidade (zonas para florestação).</p> <p>10.3 – Solicitação das autorizações às entidades competentes para a recuperação do coberto arbóreo/arbustivo nas áreas seleccionada</p> <p>10.4 - Plantação das espécie Teixo, Azevinho, Azereiro, Bidoeiro e Mostajeiro em sitio de interesse comunitário.</p> <p>Criação de bosque de Carvalho-negral (Quercus pyrenaica)</p> <p>10.5 – Elaboração de relatório final, com indicação da localização das áreas intervencionadas, número de plantas por espécies e local, métodos de preparação do terreno adoptados, fotografias.</p> <p>10.6 – Retanchar (substituição de plantas mortas).</p> <p>10.7 – Controlo da vegetação arbustiva espontânea através de meios mecânicos (redução da competição com a vegetação espontânea e redução do risco de incêndio).</p>
RESPONSÁVEL	Gerência
RECURSOS	Financeiros
PRazos	10.1, 10.2 e 10.3 – Já realizado em 2014 / 10.4 – Março 2015 / 10.5 – Junho 2015 / 10.6 – Nov. 2015 a Março 2016

.05





DESEMPENHO AMBIENTAL

DECLARAÇÃO
AMBIENTAL
2014

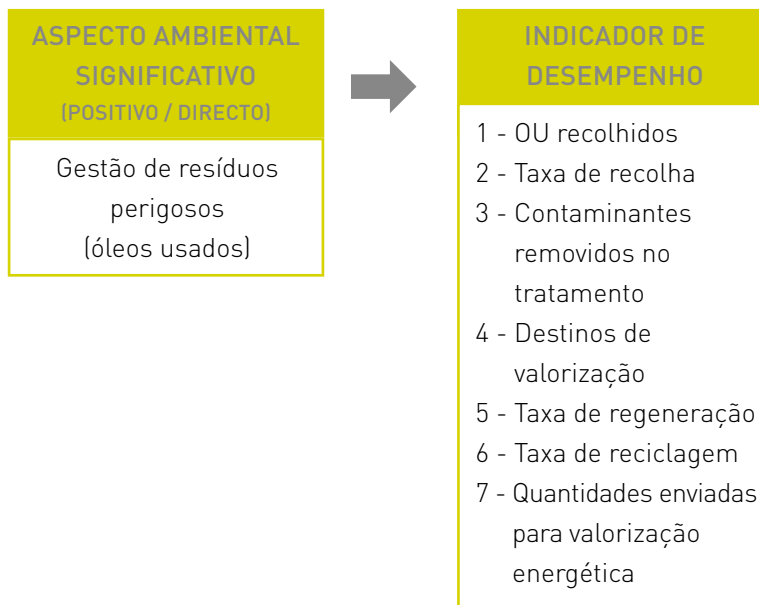


A Sogilub entende que o desempenho ambiental do SIGOU se traduz não apenas na sua capacidade para atingir as metas definidas na licença emanada pelo Despacho Conjunto nº 662/2005, de 6 de Setembro e prorrogações mas também na preocupação ambiental mais geral descrita nos indicadores principais do Regulamento 1221/2009 de 25 de Novembro.



Os indicadores ambientais permitem espelhar o desempenho da organização, mas também dos operadores de gestão de resíduos associados à rede de recolha. Para tal, a Sogilub recolhe anualmente dados que permitem o cálculo dos seus indicadores de desempenho ambientais.

5.1 Indicadores de desempenho relacionados com o aspecto ambiental positivo directo da recolha de óleos usados



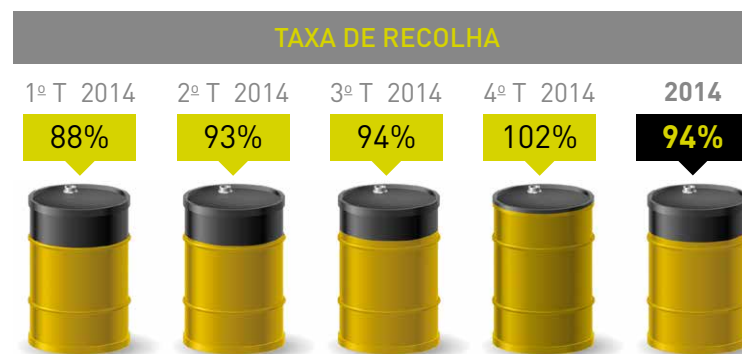
5.1.1 Recolha

Como se pode concluir da observação dos gráficos seguintes, o desempenho da recolha diminuiu em 2014.



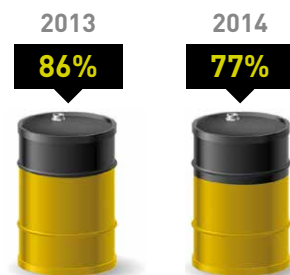
A recolha tem vindo a diminuir nos últimos anos. Existiram diversas condicionantes para os resultados obtidos tais como, a fragilidade económica do nosso país, o difícil acesso ao crédito, o aumento da vida útil do óleo lubrificante nos equipamentos, colocando-se o desafio à Sogilub da proactiva disponibilidade de meios e a antecipação da recolha junto dos produtores.

Adequando-se a taxa de recolha à realidade do mercado português, atrás demonstrada, obtém-se o seguinte gráfico:



Durante o período da 1ª Licença, a taxa de recolha foi sendo calculada com base no mercado global, Contudo, na sequência de contactos com a APA, confirmou-se a bondade e coerência ao

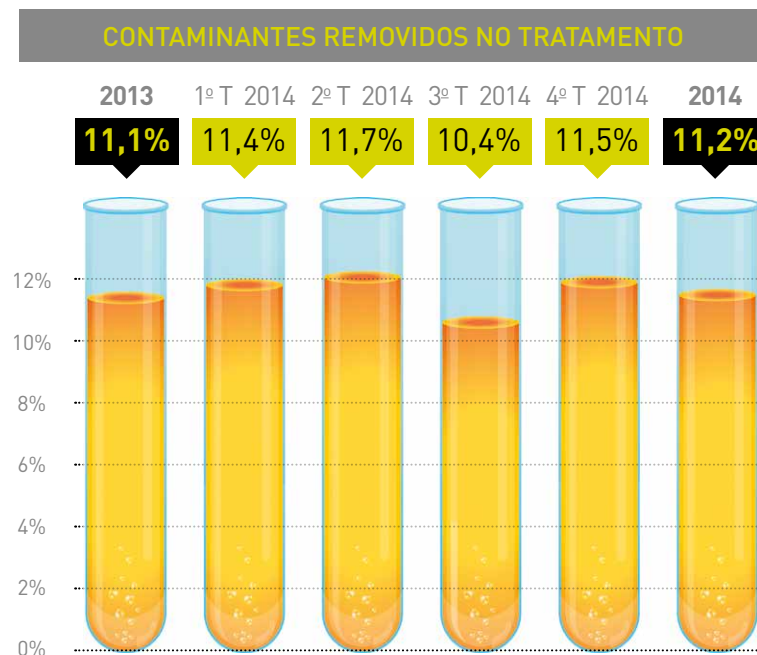
nível técnico da metodologia de cálculo para a taxa de recolha prevista na futura Licença, reflectindo a renovação da actual Licença. A exemplo do que acontece com outros países, a taxa foi calculada com base nos volumes de óleos lubrificantes novos que geram óleos usados. Assim, e de acordo com o descrito no draft da nova Licença, que esteve em audiência prévia, o valor é obtido a partir do referido óleo que gera óleo usado (óleo sujeito a ecovalor). Daí que o valor de 2014 anteriormente apresentado, não seja comparável com o valor de 2013. Para que se mantenha a coerência com os anos anteriores, dá-se também conta da antiga taxa de recolha indicativa:



5.1.2 Tratamento de óleos usados

Na operação de tratamento são separados os diversos componentes dos óleos usados recolhidos, como água, sedimentos e óleos tratados. Estas substâncias são posteriormente encaminhadas para os destinos finais adequados, para valorização e eliminação.

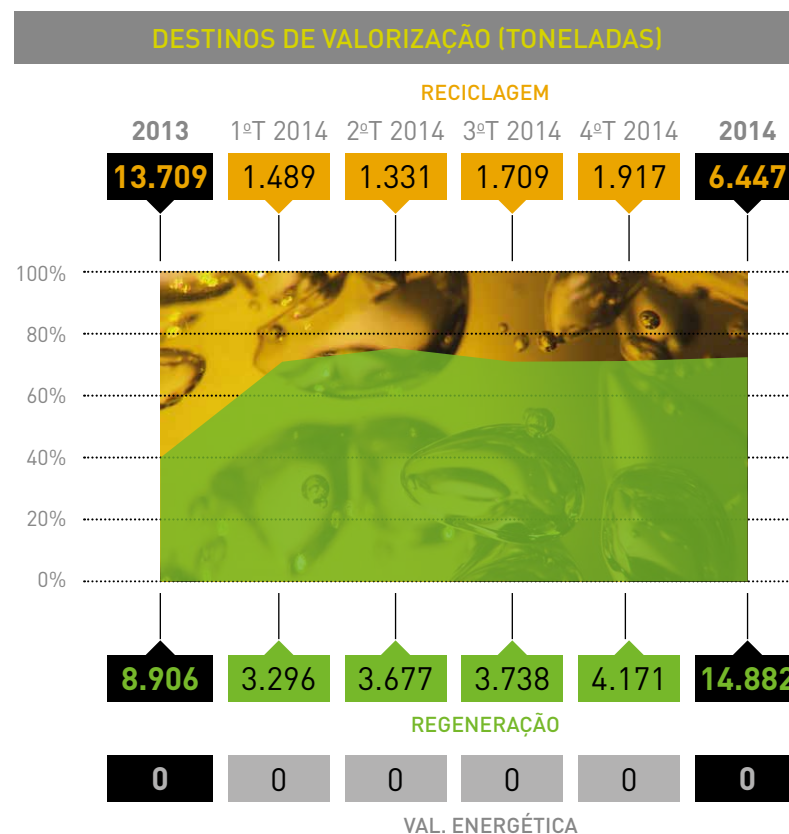
Na figura seguinte pode observar-se que a percentagem de substâncias presentes nos óleos usados recolhidos e que são removidas no tratamento. A Sogilub tem desenvolvido os esforços necessários no sentido de diminuir a contaminação do óleo usado, estando neste momento em 11%.



5.1.3 Valorização de óleos usados

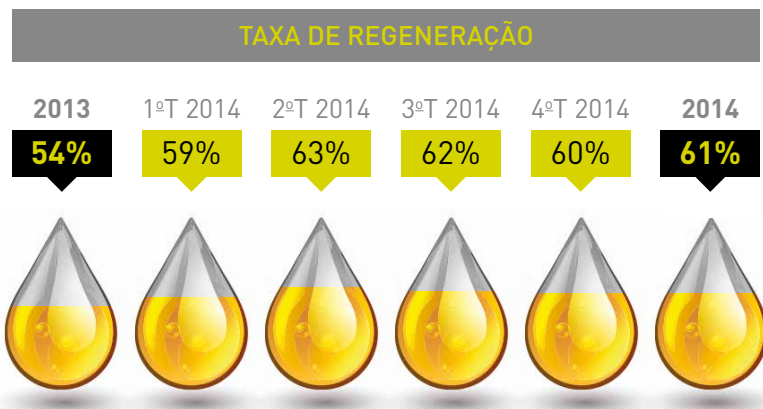
Os óleos usados tratados deverão ser enviados para valorização: regeneração, reciclagem ou valorização energética. Em 2008, pela primeira vez na história do SIGOU, não foram enviados óleos tratados para valorização energética, tendo, desde então, este destino sido preterido em favor da regeneração e reciclagem, destinos favoráveis segundo a hierarquia de valorização definida no Decreto-lei no 153/2003, de 11 de Julho.

Tal como mostra o gráfico seguinte, a Sogilub tem vindo a dar preferência à regeneração e à reciclagem no encaminhamento de óleos tratados para destino final. Esta abordagem está relacionada com a eficácia dos destinos no cumprimento de objectivos da Sogilub de valorização de óleos usados, assegurando igualmente a eficiência económica do SIGOU.



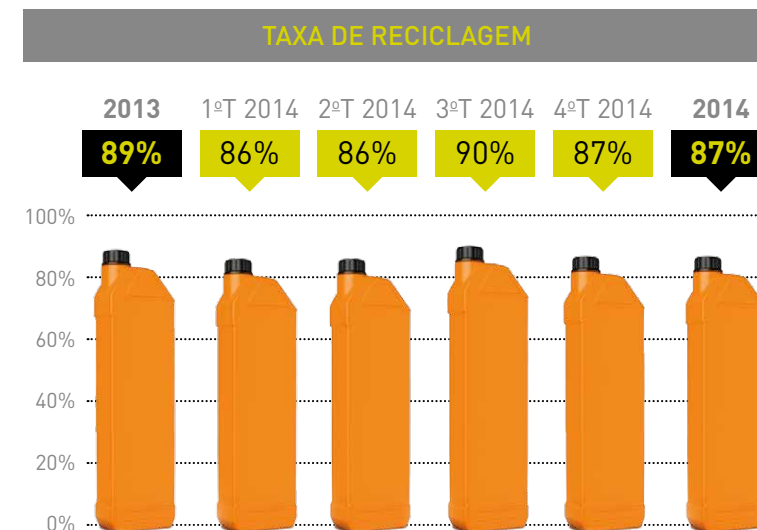
5.1.3.1 Regeneração

Em 2012, pela primeira vez no SIGOU foi enviada para regeneração (12.344 toneladas) uma quantidade superior à quantidade reciclada, correspondendo a uma taxa de regeneração de 49% dos óleos usados recolhidos. Em 2013 foram enviados 13.709 ton. a evolução positiva continuou em 2014 com o envio de 14.882 ton. sendo a taxa de regeneração de 61%, nunca antes atingida e acima da meta definida no decreto-lei 73/2011 de 50 %.



5.1.3.2 Reciclagem

A reciclagem é um destino final que tem registado uma estabilização ao nível da importância no âmbito do SIGOU, fruto das prioridades estarem voltadas para a regeneração. Em 2013, foram recicladas 8.906 toneladas de óleos tratados no SIGOU. Em 2014 foram recicladas 6.447 toneladas correspondentes a 87% da taxa de reciclagem acima das metas do DL 73/2011.



Nota: calculado de acordo com o DL 73/2011

5.1.3.3 Valorização Energética

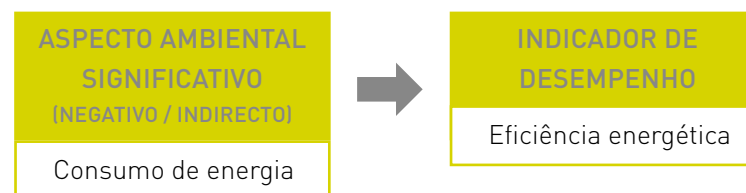
A valorização energética tem vindo a perder importância no conjunto de destinos finais de valorização dos óleos tratados no âmbito do SIGOU, em detrimento de valorizações ambientalmente mais nobres. Desde 2007 que não são encaminhadas para valorização energética quaisquer quantidades de óleos tratados.

5.2 Indicadores de desempenho relacionados com a gestão dos aspectos ambientais negativos dos OGR

Considerando as linhas de orientação do regulamento 1221/2009, seleccionaram-se os seguintes indicadores, por terem relevância ambiental:

A Sogilub (serviços centrais) foi considerada sem expressão por possuir unicamente um veículo automóvel, optou-se não avaliar este indicador pela reduzida relevância em termos ambientais.

5.2.1 Eficiência energética (indicador indirecto, relacionado com os OGR)



A utilização de energia na área dos óleos usados tem a sua maior expressão no consumo de combustíveis na recolha do resíduo por transporte rodoviário. Os consumos de electricidade e outros combustíveis (fuel-óleo, gás natural) têm uma expressão mais reduzida quando se consideram os processos produtivos relacionados com o tratamento do óleo usado, em que se usam maioritariamente operações como a centrifugação e a sedimentação.

DESEMPENHO AMBIENTAL IP - EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Os dados relativos à “utilização total directa de energia” representam o consumo anual total de energia, expresso em MWh ou GJ¹

R = A/B	A = consumo total de energia (em MWh ou GJ)				B = Produção anual total (ton de óleos recolhidos)			
	A		C		B		G	
	2013	2014	2013*	2014	2013	2014	2013	2014
Combustíveis (litros)	81.891	83.856	27.452	26.601	91.338	89.549	13.784	12.468
Combustíveis (MJ)	2.979.195	3.050.681	998.704	967.744	3.322.876	3.257.793	501.462	453.586
Recolha (em ton)	6.864	6.601	3.822	3.675	9.073	8.563	1.887	2.188
Indicador (MJ/ ton recolhidos)	434	462	261	263	366	380	266	207
Variação 2013/2014	6%		1%		4%		-22%	

Fonte: auditorias 2014 a OGR

Conversão: gasóleo – 0,85 kg/l
42,8MJ/kg

* Dados alterados pelo OGR e validados para 2013

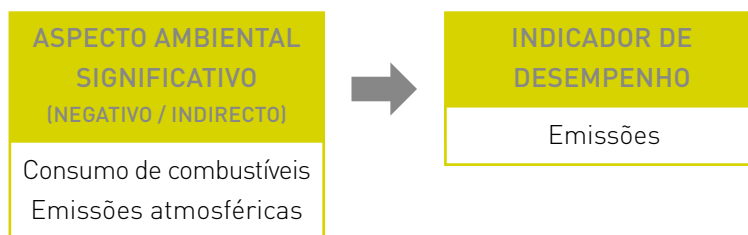
F		D		E	
2013	2014	2013**	2014	2013	2014
7.913	7.542	5.628	5.556	5.219	5.139
287.875	274.378	204.743	202.138	189.867	186.957
2.513	2.480	708	541	499	411
115	111	289	374	380	455
-3%		29%		20%	

Comentário

Esta variável indicia um esforço dos OGR's para a recolha de óleo lubrificante usado, em termos médios temos uma subida de 5% em relação a 2013.

**Nota: Face à ausência de dados em 2013 do OGR D, não foi possível incluir os valores do OGR na Declaração Ambiental de 2013, tendo sido possível reverter e validar esta situação para 2014.

5.2.2 Emissões (indicador indirecto relacionado com a actividade dos OGR)



Comentário

Esta variável indicia um esforço dos OGR's para a recolha de óleo lubrificante usado, em termos médios temos uma subida de 5% em relação a 2013.

	A		C	
	2013	2014	2013*	2014
Litros de gasóleo consumidos	81.891	83.856	27.452	26.601
Toneladas equivalente de CO ₂	214,55	219,7	71,92	69,69
Recolha (em ton)	6.864	6.601	3.822	3.675
Indicador ton eq. CO ₂ /ton de óleos recolhidos	0,0313	0,0333	0,0188	0,0190
	6%		1%	

Fonte do conversor: www.sunearthtools.com/pt/tools/CO2-emissions-calculator.php

1l gasóleo = 0,00262 ton CO₂ equivalentes

Dados oriundos das auditorias às OGR's

* Dados alterados pelo OGR

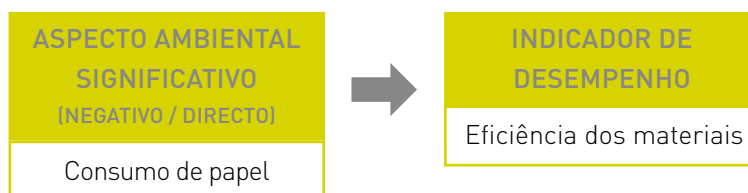
DESEMPENHO AMBIENTAL IP - EMISSÕES

Emissões totais anuais de gases com efeito de estufa (CO₂)

R = A/B		A = toneladas de equivalente de CO ₂		B = Produção anual total (ton de óleos recolhidos)					
B		G		F		D		E	
2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013**	2014	2013	2014
91.338	89.549	13.784	12.468	7.913	7.542	5.628	5.556	5.219	5.139
239,31	234,62	36,11	32,67	20,73	19,76	14,75	14,56	13,67	13,46
9.073	8.563	1.887	2.188	2.513	2.480	708	541	499	411
0,0264	0,0274	0,0191	0,0149	0,0083	0,0080	0,0208	0,0269	0,0274	0,0328
4%		-22%		-3%		29%		20%	

**Nota: Face à ausência de dados em 2013 do OGR D, não foi possível incluir os valores do OGR na Declaração Ambiental de 2013 tendo sido possível reverter e validar esta situação para 2014.

5.2.3 Eficiência dos materiais



Um dos únicos aspectos ambientais significativos da Sogilub prende-se com o consumo de papel, estando directamente relacionado com as actividades de comunicação com as várias partes interessadas.

Foi então selecionado o indicador da eficiência dos materiais (indicador directo).

No caso deste indicador “o fluxo mássico anual dos vários materiais utilizados” confunde-se com as toneladas de óleos recolhidas para os operadores de gestão de resíduos, uma vez que os “materiais” são resíduos. No caso da Sogilub:

EFICIÊNCIA DOS MATERIAIS		
Unidade: Folhas	2013	peso (kg)
Folhas	73000	329
Protocolos	13950	140
Papel carta	124471	622
Certificados PRON	477	7
Contratos	200	49
Envelopes	74476	447
GRT	49000	588
Certificados PROU	2195	53
TOTAL	337.769	2.234
Total v/s ton. recolhidas	13,31600543	0,000088

*Pesos enviados pelos fornecedores

2014	peso (kg)	Variação	kg*
57500	259	-21%	0,0045
7125	71	-49%	0,0100
63722	319	-49%	0,0050
520	8	9%	0,0150
150	37	-25%	0,2450
26600	160	-64%	0,0060
20400	245	-58%	0,0120
2467	59	12%	0,0240
178.484	1.157	-47%	
7,297272987	0,000047	-45%	

Comentário

Apesar de se manter como aspecto ambiental significativo, verificou-se uma redução do consumo de papel entre 2013 e 2014 (-47% em valor absoluto e -45% no indicador relativo toneladas de papel vs. óleo recolhido). Esta diminuição é o resultado das acções levadas a cabo em 2014, que passamos a elencar:

- diminuição do consumo de resmas: a diminuição de consumo de papel A4 de impressão deve-se à generalização da prática de imprimir frente e verso e 4 páginas por folha;
- diminuição do número de protocolos: menos Produtores de Óleos Usados aderentes, traduzem-se numa redução dos protocolos assinados;
- diminuição do número de contratos: menos Produtores de Óleos Novos aderentes, o que se traduz igualmente numa diminuição dos contratos assinados;
- redução do consumo de envelopes: os recibos passaram a ser enviados por email;
- redução do uso de GRT: foram usados os stocks do ano anterior
- o aumento de certificados Produtores de Óleos Usados: verifica-se a existência de novos Produtores de Óleos Usados e substituições de certificados foram efectuadas;

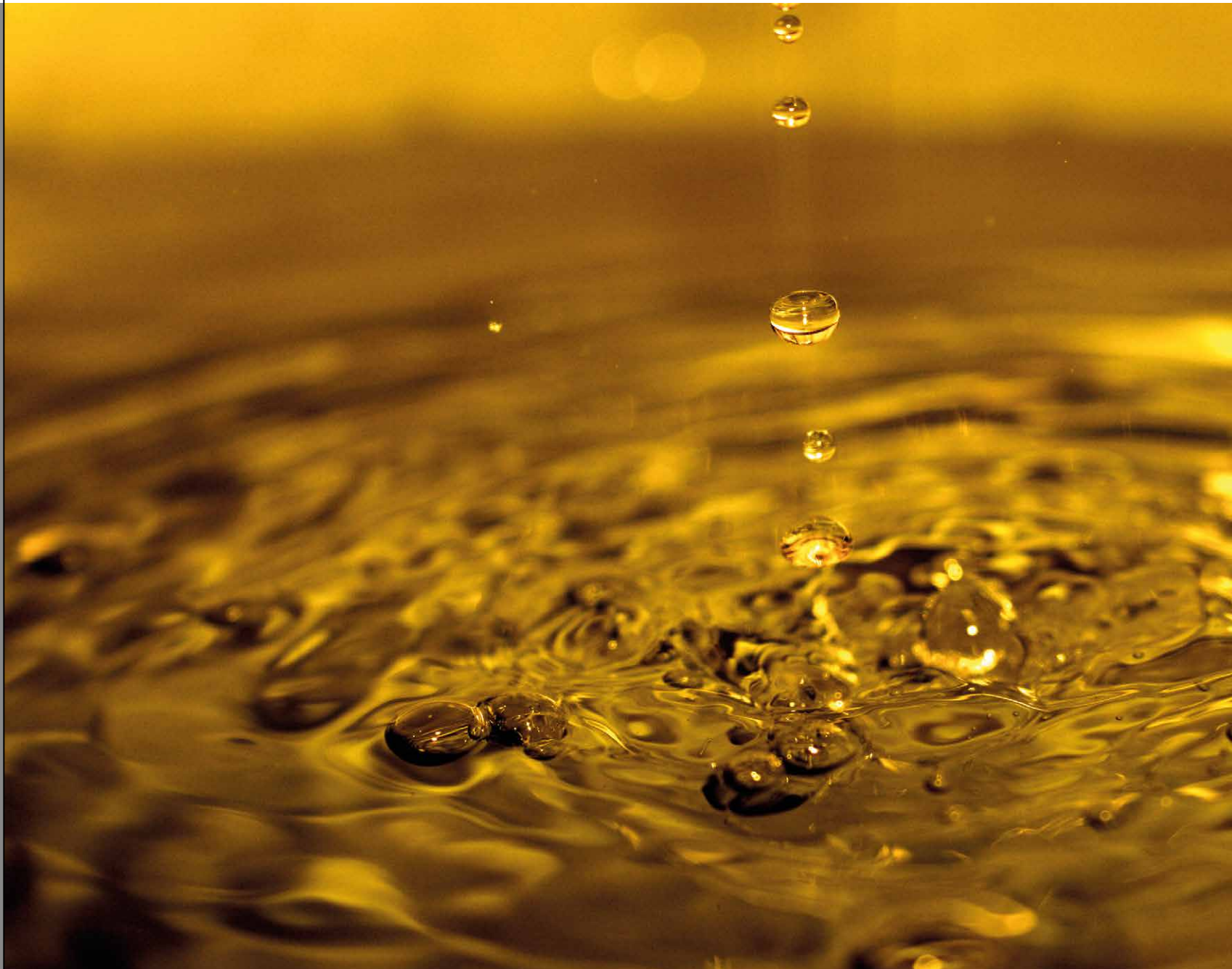
- aumento dos certificados Produtores de Óleos Novos: foram efectuadas mais encomendas devido ao stock do ano anterior ter acabado.

5.3 Exclusões

Os demais indicadores descritos no Regulamento 1221/2009 não são considerados:

Água	<p>Sogilub: O consumo de água na Sogilub não se encontra relacionado com aspectos ambientais significativos, pelo que não será analisado como relevante para o desempenho ambiental.</p> <p>Operadores de gestão de resíduos: No caso dos operadores de gestão de resíduos, o processo de tratamento de óleos usados não recorre ao uso de água e não se encontra definido como relevante para o desempenho ambiental.</p>
Resíduos	<p>Sogilub: para além dos RSU produzidos no âmbito das actividades administrativas, a Sogilub não produz mais resíduos. Quanto aos resíduos perigosos, são geridos pelos fornecedores de manutenção e de equipamentos informáticos. Por estas razões, substitui-se este indicador pelo indicador dos “contaminantes removidos no tratamento”.</p> <p>Operadores de gestão de resíduos: A geração total de resíduos apenas faria sentido considerando os resíduos gerados no âmbito do tratamento dos óleos usados. Este valor é difícil de apurar e existe um valor já calculado para este tipo de resíduos (denominado de “contaminantes removidos no tratamento” no âmbito do SIGOU), pelo que não se considera adequado a análise deste indicador sob esta forma.</p>
Biodiversidade	<p>Sogilub: considerando a localização da Sogilub (Amoreiras), não se julga pertinente a inserção deste indicador</p> <p>Operadores de gestão de resíduos: a utilização de solos não é oriunda da actividade de gestão dos óleos e não pode ser imputada à Sogilub, pelo que não faz sentido ser considerada neste contexto.</p>

.06





REQUISITOS LEGAIS APLICÁVEIS E DESEMPENHO

DECLARAÇÃO
AMBIENTAL
2014



A Sogilub identifica e acede aos requisitos legais aplicáveis de acordo com o procedimento P.02 – identificação e acesso a requisitos legais. O envio da legislação por uma empresa especializada dá lugar à confirmação da análise de aplicabilidade, e posterior inserção na base de dados da Sogilub. Distinguem-se os requisitos legais aplicáveis directamente à actividade da Sogilub e os indirectos (para fornecedores e OGR).

Abaixo descrevem-se os principais requisitos legais aplicáveis directa (a cinzento) e indirectamente (cor bege) aos aspectos ambientais da Sogilub.

O desempenho relativo às disposições legais e outras aplicáveis é exaustivamente avaliado, tanto na vertente da actividade da Sogilub, como dos OGR e demais fornecedores.

O trabalho é efectuado de forma continuada à medida que a Sogilub tem acesso a evidências da conformidade legal (licenças actualizadas, comprovativos de seguros) e, anualmente, de uma forma sistematizada, na checklist elaborada para o efeito. Na medida em que parte do desempenho da organização depende do desempenho dos OGR, o mesmo se aplica na vertente da conformidade legal. A So-

gilub tem vindo a acentuar o seu trabalho de influência, recolhendo de forma exaustiva todos os elementos que lhe permitem concluir sobre a conformidade legal dos seus fornecedores mais relevantes e preencher as suas checklists. Este trabalho abrange os sub-recolhedores, que recolhem óleos usados para os OGR. As não conformidades legais são objecto de tratamento de acordo com o procedimento P.06 – Auditorias a OGR e P.05 – Não conformidades, acções correctivas e preventivas.

Solicita-se o tratamento das não conformidades por parte dos OGR na sequência do envio de relatórios de auditoria, sendo esse trabalho objecto de acompanhamento periódico.

O exercício de verificação foi levado a cabo em Junho de 2014 e completado em Fevereiro de 2015, com o objectivo de espelhar de forma continuada o estado da conformidade ambiental ao longo do ano de 2014. Este trabalho permitiu concluir, de forma sintética:

- após várias intervenções por parte da Sogilub, foi possível ultrapassar a dificuldade em obter dados por parte do condomínio que gere a Torre 2 das Amoreiras, tendo sido possível comprovar a gestão correcta da temática dos gases de efeito de estufa e da segurança contra incêndios;

- prosseguem os esforços no sentido de assegurar a existência de seguros de responsabilidade ambiental para todos os OGR e sub-recolhedores;
- as auditorias aos OGR realizadas em Setembro e Outubro de 2014 permitiram recolher parte das evidências que sustentam o trabalho de verificação de conformidade que se apresenta de seguida. De salientar que surge, decorrente destas auditorias, a necessidade de aprofundar o trabalho de influência aos OGR relativamente à

aplicação de outros requisitos aplicáveis, tais como o Regulamento das unidades de gestão de resíduos perigosos (Despacho APA datado de 12.10.2009, elaborado complementarmente ao dos CIR-VER) ou dos regulamentos específicos a algumas unidades de tratamento de resíduos (CIRVER). A Sogilub registou uma não conformidade no âmbito do seu sistema de gestão.

- A Sogilub prossegue com os trabalhos para a análise mais pormenorizada das normas técnicas para gestão de resíduos perigosos.

DESCRIPTOR	DIPLOMA	OBRIGAÇÃO	AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE	RESULTADO
Água/Geral	Lei n.º 58/2005 de 29 de Dezembro Lei da Água	Existência de títulos de utilização do domínio hídrico público (TURH)	Verificação, em auditoria, dos títulos de utilização do domínio hídrico público dos operadores de gestão de resíduos	Conforme

DESCRIPTOR	DIPLOMA	OBRIGAÇÃO	AValiação DA CONFORMIDADE	RESULTADO
Água/Recursos Hídricos	Decreto-Lei nº 226-A/2007, de 31 de Maio Regime da utilização dos recursos hídricos	Garantir que os operadores de gestão de resíduos cumprem os requisitos estabelecidos no(s) TURH	Verificação, em auditoria, do cumprimento dos termos dos TURH dos operadores de gestão de resíduos.	Conforme
Ar/Legislação Nacional	Decreto-Lei nº 78/2004, de 3 de Abril Regime da prevenção e controlo das emissões de poluentes para a atmosfera Portaria nº 675/2009, de 23 de Junho VLE gerais Portaria nº 677/2009, de 23 de Junho Fixa os valores limite de emissão (VLE)	Garantir que os operadores de gestão de óleos usados efectuem o autocontrolo das emissões sujeitas a VLE e realizam a monitorização pontual ou em contínuo conforme o valor do caudal mássico de emissão	Verificação, em auditoria, das monitorizações efectuadas às fontes fixas.	Conforme

DESCRIPTOR	DIPLOMA	OBRIGAÇÃO	AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE	RESULTADO
Ar/Legislação Nacional	Portaria nº 263/2005, de 17 de Março Fixa novas regras para o cálculo da altura de chaminés	Garantir que os operadores de gestão de óleos usados que possuem instalações com chaminés, as dimensionem de forma correcta de modo a que estas apresentem a altura adequada	Verificação do dimensionamento das fontes fixas dos operadores de gestão de resíduos, relacionadas com a actividade de tratamento de óleos usados	Conforme
Ar/Legislação Nacional	Decreto-Lei nº 56/2011, de 21 de Abril Gases fluorados com efeito Regulamento (CE) nº 842/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Maio Gases fluorados com efeito de estufa	Rotulagem de equipamentos contendo gases fluorados com efeito de estufa (GFEE), comunicação anual de dados à APA, gestão adequada de equipamentos em fim de vida contendo GFEE, evitar as fugas e reparar logo que possível	Verificação dos registos do gestor do condomínio da torre de escritórios onde se localiza a Sogilub. Nota: esta entidade é o operador dos equipamentos contendo GFEE.	Conforme

DESCRIPTOR	DIPLOMA	OBRIGAÇÃO	AValiação DA CONFORMIDADE	RESULTADO
Energia/Geral	Portaria nº 228/90, de 27 de Março Consumo Intensivo de Energia para o Sector dos Transportes	Os operadores de gestão de re- síduos cujas frotas consomem mais de 500 TEP possuem um Plano de Racionalização de Energia e efectuam auditorias energéticas pelo menos uma vez em cada três anos	Apenas um dos transportadores se encontra abrangido, tendo sido ve- rificado o seu Plano de Racionaliza- ção de Consumo de Energia em auditoria.	Conforme
Energia/Geral	Decreto-Lei nº 71/2008, de 15 de Abril instalações consumidoras intensivas de energia	Os operadores de gestão de re- síduos possuem um Plano de Racionalização de Energia e efectuam as auditorias energé- ticas	Apenas um dos operadores de ges- tão de resíduos se encontra abran- gido. Foi solicitado o ARCE em au- ditoria e verificado o envio dos relatórios periódicos de acompa- nhamento à autoridade.	Conforme
Energia/Geral	Decreto-Lei nº 118/2013, de 20 de agosto Certificação Energética dos Edifícios	Possuir certificado válido, ga- rantindo o pagamento, à ADE- NE, da respectiva taxa de registo do mesmo. Afixação do certificado em local visível	A Sogilub tem a sua fracção certifi- cada energeticamente e o certifica- do encontra-se afixado na porta.	Conforme

DESCRIPTOR	DIPLOMA	OBRIGAÇÃO	AValiação da Conformidade	RESULTADO
Energia/ Combustíveis	Decreto-Lei nº 267/2002, de 26 de Novembro Licenciamento de instalações de armazenamento de produtos de petróleo	Licenciamento de instalações de armazenamento de produtos de petróleo.	Os operadores de gestão de resídu- os possuem as suas instalações li- cenciadas.	Conforme
Resíduos/ Gestão de Resíduos	Portaria nº 209/2004, de 3 de Março Lista Europeia de Resíduos	Garantir que os resíduos (óleos usados) são classificados de acordo com a Lista Europeia de Resíduos (códigos LER)	Verificado em auditoria para os operadores de gestão de resíduos e para a Sogilub nos movimentos de resíduos.	Conforme

DESCRIPTOR	DIPLOMA	OBRIGAÇÃO	AValiação DA CONFORMIDADE	RESULTADO
Resíduos/ Gestão de Resíduos	<p>Decreto-Lei nº 178/2006, de 5 de Setembro Regime geral da gestão de resíduos (republicado pelo Decreto-Lei nº 73/2011 de 17 de Junho)</p> <p>Portaria nº 1408/2006, de 18 de Dezembro SIRER</p> <p>Portaria nº 72/2010, de 4 de Fevereiro Liquidação, pagamento e repercussão da taxa de gestão de resíduos</p>	<p>Hierarquia de gestão de resíduos, entrega de resíduos a entidades licenciadas, proibições, separação de resíduos no local de produção, responsável técnico para a operações de gestão de resíduos, não efectuar mistura de resíduos, possuir um alvará de licença, inscrição e registo no SILIAMB, pagar as taxas correspondentes.</p> <p>Garantir o cumprimento das Normas técnicas na área da gestão dos resíduos.</p>	<p>Os elementos relativos a este diploma foram objecto de auditoria, tendo sido recolhidas evidências documentais nas instalações de todos os operadores de gestão de resíduos e transportadores. Foram igualmente observadas actividades no terreno.</p> <p>No caso da Sogilub, foi verificado o registo no SILIAMB.</p>	<p>Conforme</p> <p>Nota: Não foi possível verificar o cumprimento de todas as normas técnicas relativas à gestão de resíduos junto dos operadores de gestão de resíduos, razão pela qual e aplicando o princípio da precaução, a Sogilub declarou este ponto especificamente como "Não conforme" na sua verificação de conformidade legal</p>

DESCRIPTOR	DIPLOMA	OBRIGAÇÃO	AValiação DA CONFORMIDADE	RESULTADO
Resíduos/ Gestão de Resíduos	Decreto Legislativo Regional nº 29/2011/A, de 16 de Novembro Estabelece o regime geral de prevenção e gestão de resíduos	Princípio da hierarquia de gestão de resíduos, da responsabilidade pela gestão, da prevenção e redução, da regulação da gestão de resíduos, da auto-suficiência e da proximidade, possuir autorização, cumprir objetivos, organizar a rede de recolha de óleos usados, realizar campanhas de educação, monitorizar o sistema e reportar à Autoridade	Auditoria nas instalações do operador de gestão de resíduos que opera na região Autónoma dos Açores	Conforme

DESCRIPTOR	DIPLOMA	OBRIGAÇÃO	AValiação DA CONFORMIDADE	RESULTADO
Resíduos/ Gestão de Resíduos	Decreto Legislativo Regional nº 24/2012/A, de 1 de junho Aprova as normas que regulamentam a gestão de fluxos específicos de resíduos	Enquanto entidade gestora, possui autorização para exercer a actividade, organiza a rede de recolha, promove acções de sensibilização e formação ambiental sobre boas práticas na gestão de óleos usados, Promover estudos e projectos de investigação de novos processos de prevenção e valorização de óleos usados a implementar a nível regional, monitorizar o sistema integrado e reportá-la à Autoridade (SRIR), garantir que os operadores de gestão de resíduos cumprem os requisitos aplicáveis	Visto a prorrogação da Licença para os Açores, as acções de C&S (F2F, certificados, selos), projecto Fenix, confirmação de submissão do SRIR.	Conforme

DESCRIPTOR	DIPLOMA	OBRIGAÇÃO	AValiação da Conformidade	RESULTADO
Resíduos/ Transferência de Resíduos	Portaria nº 335/97, de 16 de Maio Transporte de resíduos	Entidades licenciadas ou com alvará para o transporte, guias de acompanhamento, regras para o acondicionamento de resíduos.	Os elementos relativos a este diploma foram objecto de auditoria, tendo sido recolhidas evidências documentais nas instalações de todos os operadores de gestão de resíduos e transportadores. Foram igualmente observadas actividades no terreno.	Conforme
Resíduos/ Transferência de Resíduos	Regulamento (CE) nº 1013/2006, de 14 de Junho Transferências de resíduos Decreto-Lei nº 45/2008, de 11 de Março Assegura a execução e garante o cumprimento do Regulamento (CE) nº 1013/2006	Procedimento prévio de notificação e consentimento, documentos de notificação, contratos, submissão na plataforma, garantias financeiras, pagamento de taxas.	Verificação de registos de transferências efectuadas para os destinos finais dos óleos usados tratados.	Conforme
Resíduos/Óleos	Portaria nº 1028/92, de 5 de Novembro Transporte dos óleos usados	Embalagens de transporte, material para contenção de derrames, ficha de segurança.	Verificação de evidências nas auditorias a operadores de gestão de resíduos e no terreno.	Conforme

DESCRIPTOR	DIPLOMA	OBRIGAÇÃO	AValiação DA CONFORMIDADE	RESULTADO
Resíduos/Óleos	Decreto-Lei nº 153/2003, de 11 de Julho Regime jurídico da gestão de óleos usados (alterado pelo Decreto-Lei nº 73/2011 de 17 de Junho)	Possuir licença, contratos com Produtores de Óleos Novos, relatório de actividades, objectivos de gestão, organizar a rede de recolha de óleos usados, controlo da qualidade dos óleos usados recolhidos.	Análise da prorrogação da Licença, contratos com produtores de óleos novos, visto o relatório de actividades de 2013.	Conforme
Resíduos/Óleos	Despacho conjunto nº 662/2005, de 6 de Setembro Licença da Sogilub (prorrogado pelo Despacho 4364/2011 de 10 de Março)	Elaborar um relatório anual de actividades, cumprir os objectivos de gestão, contratos com produtores de óleos novos, protocolos com produtores de óleos usados, óleos usados não conformes, rede de recolha e contratos com OGR, alocação de verbas a investigação e desenvolvimento, comunicação e sensibilização.	Visto o relatório de actividades de 2013. Os objectivos da Licença foram cumpridos em 2014. Foram vistos os contratos com produtores de óleos novos e usados. Foram vistos os procedimentos aplicados em caso de recepção de óleos usados não conformes.	Conforme

DESCRIPTOR	DIPLOMA	OBRIGAÇÃO	AValiação da Conformidade	RESULTADO
Resíduos/Pilhas e Acumuladores	Decreto-Lei nº 6/2009, de 6 de Janeiro Pilhas e acumuladores	Entrega dos resíduos de pilhas e acumuladores portáteis em pontos de recolha selectiva destinados para o efeito	Verificado na sede da Sogilub.	Conforme
Resíduos/REEE	Decreto-Lei nº 67/2014, de 7 de maio Aprova o regime jurídico da gestão de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos	Proceder ao encaminhamento dos REEE que detenham através de uma entidade gestora licenciada ou de um operador licenciado para o tratamento de REEE.	Visto na sede da Sogilub: não foram produzidos nem entregues REEE para destino final em 2014. Existe método para o encaminhamento dos REEE.	Conforme
Resíduos/Resíduos Perigosos	Decreto-Lei nº 3/2004, de 3 de Janeiro Instalação e da exploração dos CIRVER Portaria n.º 172/2009, de 17 de Fevereiro Regulamento dos CIRVER	Licença de exploração do CIRVER, aplicação do regulamento dos CIRVER	Foi auditado o operador de gestão de resíduos que opera um dos CIRVER. Não foi possível verificar o cumprimento deste regulamento no decorrer da auditoria efectuada ao operador de gestão de resíduos	Não conforme

DESCRIPTOR	DIPLOMA	OBRIGAÇÃO	AValiação DA CONFORMIDADE	RESULTADO
Resíduos/RCD	Decreto-Lei nº 46/2008, de 12 de Março Gestão de resíduos de construção e demolição (RCD)	Garantir que os produtores e os operadores de gestão de RCD dão cumprimento às disposi- ções legais aplicáveis ao fluxo específico de óleos usados con- tido nos RCD	Visto Si-Oil e em auditorias a ope- radores de gestão de resíduos.	Conforme
Resíduos Co-incineração	Decreto-Lei nº 127/2013, de 30 de agosto Prevenção e controlo integrados da poluição (IPPC)	Caso enviem óleos usados para instalações de incineração ou co- -incineração, garantir que estas se encontram licenciadas para admitir os resíduos em causa.	Verificação das licenças dos opera- dores de gestão de resíduos que se encontram abrangidos pelo IPPC.	Conforme

DESCRIPTOR	DIPLOMA	OBRIGAÇÃO	AValiação DA CONFORMIDADE	RESULTADO
Riscos Ambientais/ Geral	<p>Decreto-Lei nº 291/90, de 20 de Setembro Controlo metrológico de métodos e instrumentos de medição</p> <p>Portaria nº 57/2007, de 10 de Janeiro Regulamento aplicável aos instrumentos de pesagem de funcionamento automático</p> <p>Decreto-Lei nº 71/2011, de 16 de Junho Actualiza os requisitos essenciais dos instrumentos de medição</p>	<p>Garantir que os operadores de gestão de óleos usados efectuem o controlo metrológico dos seus instrumentos de medição, procedendo às verificações periódicas necessárias e recorrendo a instaladores e reparadores dos seus instrumentos de medição com qualificação reconhecida.</p> <p>Garantir que os instrumentos de medição contêm a marcação CE e a marcação metrológica suplementar.</p>	Em sede de auditoria a operadores de gestão de resíduos, foi verificada a verificação dos instrumentos de medição usados na actividade de gestão de óleos usados, nomeadamente as básculas para pesagem de óleos usados.	Conforme

DESCRIPTOR	DIPLOMA	OBRIGAÇÃO	AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE	RESULTADO
Riscos Ambientais/ Transporte de Mercadorias	Decreto-Lei nº 257/2007, de 16 de Julho Regime jurídico aplicável aos transportes rodoviários de mercadorias, por meio de veículos com peso bruto igual ou superior a 2500 kg	Pedir aos transportadores de mercadorias a cópia do seu alvará ou licença comunitária (emitida pelo IMT) e garantir que esta se encontra válida	Elemento solicitado em sede de auditoria aos transportadores que recolhem os óleos usados.	Conforme
Ruído/Geral	Decreto-Lei nº 9/2007, de 17 de Janeiro Regulamento Geral do Ruído	Garantir que os operadores de gestão de óleos usados cumpram os critérios da exposição máxima e da incomodidade, no que respeita às actividades ruidosas permanentes	Foi verificado em sede de auditoria aos operadores de gestão de resíduos, relativamente às instalações (realização de medições de ruído).	Conforme

DESCRIPTOR	DIPLOMA	OBRIGAÇÃO	AValiação DA CONFORMIDADE	RESULTADO
Geral	Decreto-Lei nº 147/2008, de 29 de Julho Regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais	Adoptar medidas de prevenção e reparação do dano ambiental ou ameaças de dano, Informar a APA, em 24 horas, Possuir uma garantia financeira que lhe permita assumir a responsabilidade ambiental	Foram verificadas as garantias financeiras dos operadores de gestão de resíduos e sub-recolhedores. Não foram registadas situações de análise. A Sogilub possui um seguro de responsabilidade ambiental complementar aos dos operadores de gestão de resíduos, que cobre toda a operação	Conforme
Licenciamento/ AIA	Lei nº 151-B/2013, de 31 de Outubro Avaliação de impacte ambiental (AIA)	Garantir que os operadores de gestão de resíduos abrangidos pelo regime jurídico da AIA possuem um Estudo de Impacte Ambiental e respectiva Declaração de Impacte Ambiental favorável ou condicionalmente favorável	No período em análise, nenhum dos operadores de gestão de resíduos necessitou desenvolver um processo de avaliação de impacte ambiental.	Não aplicável no período em análise

DESCRIPTOR	DIPLOMA	OBRIGAÇÃO	AValiação DA CONFORMIDADE	RESULTADO
Licenciamento/ Municipal	Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro Regime jurídico da urbanização e edificação	Possuir o alvará de autorização de utilização do(s) edifício(s) ou suas fracções autónomas.	A Sogilub possui licença de utiliza- ção válida.	Conforme
Licenciamento/ Indústria	Decreto-Lei nº 169/2012, de 1 de agosto Regula o exercício da actividade industrial	Garantir que os operadores de gestão de óleos usados que pos- suam estabelecimentos indus- triais, possuem título habilitante para o exercício da actividade industrial, actualizado.	Foram solicitados os títulos habili- tantes para o exercício da activida- de industrial.	Conforme
Programas Ambientais/ EMAS	Despacho (extracto) nº 9138/2008, de 28 de Março (2ª série) Criação da nova bandeira EMAS	Hastear a bandeira "Registo EMAS" apenas nos exactos lo- cais que se encontram regista- dos no EMAS. Garantir que a bandeira só é uti- lizada enquanto se mantiver vá- lido o registo	A bandeira encontra-se hasteada na sede da Sogilub e o registo man- tém-se válido.	Conforme

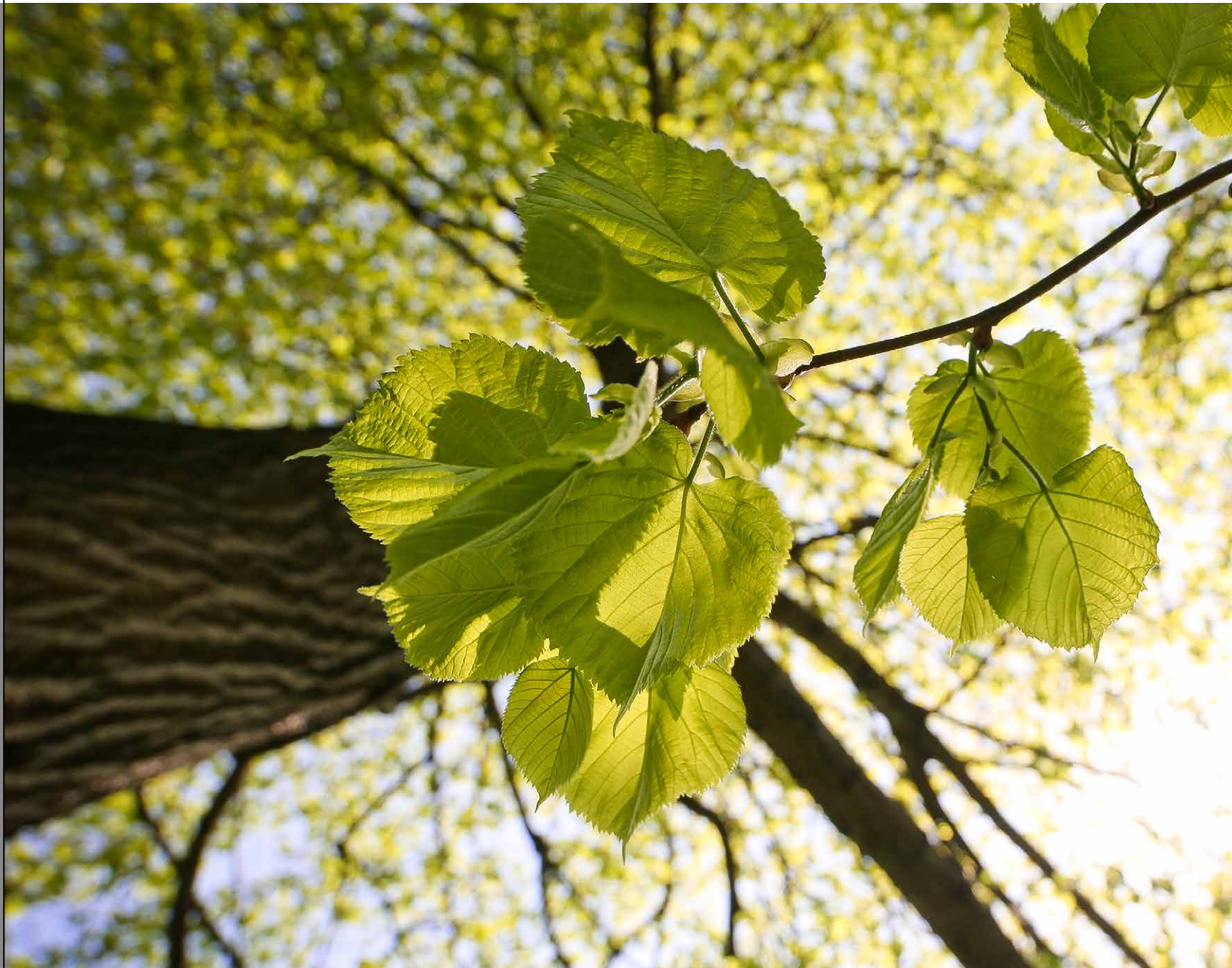
DESCRITOR	DIPLOMA	OBRIGAÇÃO	AValiação DA CONFORMIDADE	RESULTADO
Programas Ambientais/ EMAS	Regulamento (CE) nº 1221/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Novembro de 2009 EMAS Procedimentos técnicos da APA para o EMAS	<p>Estabelecer um programa de auditoria, estabelecer um plano de acção na sequência da auditoria, elaborar a declaração ambiental e solicitar a sua validação, enviá-la ao organismo competente, realizar auditorias internas, rever a Declaração Ambiental, solicitar a sua revalidação, divulgá-la ao público, pagar taxas ao organismo competente.</p> <p>Utilizar adequadamente o logotipo.</p> <p>Cumprir a metodologia para o pedido de derrogações, respeitar o conteúdo da Declaração Ambiental, regras para a participação dos trabalhadores, respeitar as orientações para identificação de aspectos ambientais.</p>	<p>Foi visto o programa de auditoria para 2014.</p> <p>Foi elaborado plano de acção na sequência da verificação. A declaração Ambiental encontra-se validada e divulgada ao público.</p> <p>As taxas foram pagas ao organismo competente.</p> <p>Foi verificada a utilização do logotipo.</p> <p>A Sogilub não se enquadra no cenário das derrogações.</p> <p>Foi verificada a participação dos trabalhadores.</p> <p>A declaração ambiental e a identificação de aspectos ambientais seguem as regras definidas pela APA.</p>	Conforme

DESCRIPTOR	DIPLOMA	OBRIGAÇÃO	AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE	RESULTADO
Resíduos / Transferência de resíduos	Decreto-Lei nº 126/2009 Qualificação inicial e à formação contínua dos motoristas	Garantir que os motoristas possuem Certificados de Aptidão para Motoristas (CAM) emitido pelo IMT. Exigir o cumprimento deste requisito a sub-recolhedores. Garantir a formação contínua dos motoristas (obrigatória) de cinco em cinco anos (antes do fim da validade do CAM).	Em sede de auditoria, foram solicitados aos recolhedores de óleos usados as evidências da competência dos motoristas.	Conforme
Resíduos / Embalagens	Decisão conjunta dos Ministros de Estado, das Actividades Económicas e do Trabalho, e do Ambiente e do Ordenamento do Território, de 7 de Dezembro de 2004	Caso a Sogilub adquira embalagens fora do território nacional, deve: <ul style="list-style-type: none"> • Aderir à SPV; • Garantir o pagamento do eco-valor à SPV 	No período em análise, não se verificou esta actividade.	Não aplicável no período em análise.

DESCRIPTOR	DIPLOMA	OBRIGAÇÃO	AValiação DA CONFORMIDADE	RESULTADO
Ar/Legislação Nacional	Decreto-Lei nº 220/2008 Regime de segurança contra incêndios em edifícios (SCIE) Portaria nº 1532/2008 Regime técnico de segurança contra incêndios em edifícios	Garantir o cumprimento das medidas de autoprotecção exigidas (Registos de segurança; Procedimentos de prevenção; Plano de prevenção; Procedimentos em caso de emergência; Plano de emergência interno; Acções de sensibilização e formação; Simulacros), fornecer a documentação à autoridade competente para aprovação. Afixação das instruções de segurança. Existência de registos, arquivados por um período de 10 anos. Assegurar formação e realização de simulacros (de 2 em 2 anos). Nomear um responsável de segurança. Definir a equipa de segurança e providenciar formação.	As medidas de autoprotecção para a fracção ocupada pela Sogilub foram elaboradas e aprovadas pela ANPC. As instruções encontram-se afixadas. Existem registos de segurança arquivados. Existe um responsável de Segurança nomeado. Foram realizadas acções de formação. Foram efectuados simulacros com a periodicidade requerida.	Conforme

DESCRIPTOR	DIPLOMA	OBRIGAÇÃO	AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE	RESULTADO
Resíduos / Gestão de Resíduos	Decreto-Lei nº 82-D/2014 Taxa de gestão de resíduos (alteração)	Enquanto entidade responsável pela gestão de um fluxo especí- fico de resíduos está obrigada a proceder ao pagamento anual de taxa de gestão de resíduos de acordo com os rendimentos re- sultantes da sua actividade	Prevê-se o pagamento anual de taxa de gestão de resíduos de acor- do com os rendimentos resultantes da sua actividade no final do perío- do correspondente. Nota: O diploma entrou em vigor em 05.01.2015	Não aplicável de momento.

.07





NOME E NÚMERO DE
ACREDITAÇÃO DO VERIFICADOR

AMBIENTAL

DECLARAÇÃO
AMBIENTAL
2014



DECLARAÇÃO DO VERIFICADOR AMBIENTAL SOBRE AS ACTIVIDADES DE VERIFICAÇÃO E VALIDAÇÃO

De acordo com o anexo VII do Regulamento (CE) N° 1221/2009 do Parlamento Europeu e do conselho de 25 de Novembro

A **SGS ICS**, com o número de registo de verificador ambiente EMAS **PT-V-0003** acreditado ou autorizado para o âmbito 82.99 declara ter verificado se o local de actividade ou toda a organização, tal como indicada na declaração ambiental actualizada, da organização Sogilub (Sociedade de gestão Integrada de Óleos Lubrificantes Usados, Lda), com o número de registo PT-000113 cumpre todos os requisitos do Regulamento (CE) n° 1221/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Novembro de 2009, que permite a participação voluntária de organizações num sistema comunitário de ecogestão e auditoria (EMAS).

Assinando a presente declaração, declaro que:

- a verificação e validação foram realizadas no pleno respeito dos requisitos do Regulamento (CE) n° 1221/2009;
- o resultado da verificação e avaliação confirma que não existem indícios do não cumprimento dos requisitos legais aplicáveis em matéria de ambiente;
- os dados e informações contidos na declaração ambiental actualizada da organização reflectem uma imagem fiável, credível e correcta de todas as actividades das organizações/dos locais de actividade, no âmbito mencionado na declaração ambiental.

O presente documento não é equivalente ao registo EMAS. O registo EMAS só pode ser concedido por um organismo competente ao abrigo do Regulamento (CE) no 1221/2009. O presente documento não deve ser utilizado como documento autónomo de comunicação ao público.

Feito em Lisboa, em ____ / ____ / 20____

Assinatura

Assinatura

Verificador Ambiental Acreditado

Auditor



Sogilub

Sociedade de Gestão Integrada
de Óleos Lubrificantes Usados, Lda.

Av. Engº Duarte Pacheco
Torre 2, Piso 6, Sala 4
Amoreiras | 1070-102 | Lisboa
Tel. 21 380 20 40 | Fax 21 380 20 49
geral@ecolub.pt
www.ecolub.pt